



*Instituto de Previdência
do Município de Jundiaí*

RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2025



JUNHO/2026

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

RELATÓRIO DA STAFF

I.	Introdução-----	03
II.	Relatório dos Auditores Independentes-----	04 a 06
III.	Extensão dos Trabalhos Realizados-----	42
IV.	Relatório Circunstanciado da Auditoria -----	43 a 63

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREPARADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

I.	Balanco Patrimonial-----	07
II.	Balanco Orçamentário -----	08 a 09
III.	Balanco Financeiro -----	10
IV.	Demonstrações das Variações Patrimoniais-----	10
V.	Demonstrações do Fluxo de Caixa-----	11
VI.	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis -----	12 a 41

Campinas/SP, 03 de junho de 2025.

À

Diretoria do

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

Realizamos trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, sobre o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de auditoria, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas demonstrações contábeis e que compreendem:

Relatório dos Auditores Independentes;
Balço Patrimonial;
Balço Financeiro;
Balço Orçamentário;
Demonstrações das Variações Patrimoniais;
Demonstração do Fluxo de Caixa;
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e
Relatório Circunstanciado da Auditoria.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA

Roberto Araújo de Souza

Sócio

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Conselheiros do

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN** (Instituto), que compreendem o balanço patrimonial, balanço orçamentário, balanço financeiro, em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN** (Instituto), em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas e procedimentos contábeis aplicados aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, que são definidas pelo Ministério da Previdência Social (MPS), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) através do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCT-16).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida, é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram por nós examinadas e emitimos relatório em 17 de abril de 2025, com modificação de opinião relacionada a provisão matemática e crédito de amortização do déficit atuarial.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Instituto é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividades e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas/SP, 03 de junho de 2026.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO - 2025

				em Reais	
ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2025	2024	TÍTULOS	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	1.499.161.794,65	1.186.177.742,79	PASSIVO CIRCULANTE	5.341.245,84	8.823.520,95
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.798,37	1.392.567,65	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	4.709.092,78	6.880.822,31
Créditos a Curto Prazo	111.955.417,65	103.410.660,91	Emprestimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.347.161.101,39	1.081.343.512,03	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	250.000,00	176.142,43
Estoques / Ativos Biológicos	34.477,24	28.823,00	Obrigações Fiscais a Curto Prazo / Transferências	-	-
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPD Pagas Antecipadamente	2.000,00	2.179,20	Demais Obrigações a Curto Prazo	382.153,06	1.766.556,21
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.713.645.738,93	5.013.566.133,21	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	8.059.910.292,80	6.382.218.151,52
Realizável a Longo Prazo	6.707.856.323,14	5.007.554.614,41	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Emprestimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Imobilizado	5.789.415,79	6.011.518,80	Fornecedores a Longo Prazo	-	-
Intangível	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo / Transferências	-	-
Diferido	-	-	Provisões a Longo Prazo	8.059.910.292,80	6.382.218.151,52
			Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
			Resultado Diferido	-	-
TOTAL	8.172.807.533,58	6.199.743.876,00	TOTAL DO PASSIVO	8.065.261.538,64	6.391.041.672,47
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			TÍTULOS	2025	2024
			Patrimônio Social e Capital Social	-	-
			Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
			Reservas de Capital	-	-
			Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
			Reservas de Lucros	-	-
			Demais Reservas	-	-
			Resultados Acumulados	107.555.994,94	(191.297.796,47)
			Resultado do Exercício	298.853.791,41	(224.939.219,38)
			Resultado de Exercícios Anteriores	(191.297.796,47)	33.641.422,91
			Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	107.555.994,94	(191.297.796,47)
			TOTAL	8.172.807.533,58	6.199.743.876,00
ATIVO FINANCEIRO	2.376.339.593,76	2.031.196.390,06	PASSIVO FINANCEIRO	517.497,62	2.396.383,76
ATIVO PERMANENTE	5.796.467.939,82	4.168.547.485,94	PASSIVO PERMANENTE	8.064.754.367,02	6.389.118.621,13
SALDO PATRIMONIAL				107.535.668,94	(191.771.128,89)
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO	2025	2024	QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO	2025	2024
Atos Potenciais Ativo			Atos Potenciais Passivo		
Garantias e Contra garantias Recebidas	2.000,00	-	Garantias e Contra garantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-	Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	-	-
Demandas Judiciais	-	-	Demandas Judiciais	3.519.900,00	4.267.550,00
Outros Atos Potenciais do Ativo	128.410.292,04	127.422.755,94	Outros Atos Potenciais do Passivo	-	-

CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
DIRETORA PRESIDENTE



MARCELO VIZIOLI ROSA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA



CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS
COSTA
CONTADOR(A)



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO - 2025

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	em Reais	
			RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b - a)
RECEITAS CORRENTES	686.593.100,00	686.593.100,00	801.207.491,95	114.614.391,95
Receita Tributária	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	331.499.000,00	331.499.000,00	340.684.046,30	9.185.046,30
Contribuições Sociais	331.499.000,00	331.499.000,00	340.684.046,30	9.185.046,30
Contribuições Econômicas	-	-	-	-
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	136.500.000,00	136.500.000,00	204.800.675,55	68.300.675,55
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	136.500.000,00	136.500.000,00	204.800.675,55	68.300.675,55
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	8.053.000,00	8.053.000,00	5.736.496,29	(2.316.503,71)
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências da União e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Demais Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	210.541.100,00	210.541.100,00	249.986.273,81	39.445.173,81
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.000,00	1.000,00	1.578,07	578,07
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	11.100,00	11.100,00	1.133.607,99	1.122.507,99
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	4.000.000,00	4.000.000,00	3.789.803,11	(210.196,89)
Demais Receitas Correntes	206.529.000,00	206.529.000,00	245.061.284,64	38.532.284,64
RECEITAS DE CAPITAL	8.800.000,00	8.800.000,00	9.955.335,53	1.155.335,53
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	8.800.000,00	8.800.000,00	9.955.335,53	1.155.335,53
Transferência de Capital	-	-	-	-
Transferências da União e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instit. Públicas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Demais Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Cessão de Direitos Creditórios	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
Subtotal das Receitas (I)	695.393.100,00	695.393.100,00	811.162.827,48	115.769.727,48
Operações de Crédito/Refinanciamento (II)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	695.393.100,00	695.393.100,00	811.162.827,48	115.769.727,48
DEFICIT (IV)	4.190.000,00	4.190.000,00	-	-
TOTAL (V) = (III + IV)	699.583.100,00	736.413.100,00	811.162.827,48	74.749.727,48
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	36.830.000,00	-	-	-
Superávit Financeiro	36.830.000,00	-	-	-
Reabertura de créditos adicionais	-	-	-	-

ASSINADO DIGITALMENTE
CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
DIRETORA PRESIDENTE

MARCELO VIZIOLI ROSA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA

CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS
COSTA
CONTADOR(A)
CRC 1SP327583/O-1

ASSINADO DIGITALMENTE
MARCELO VIZIOLI ROSA
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO - 2025

em Reais

DESPA ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (h) = (e - f)
DESPESAS CORRENTE	478.145.000,00	514.975.000,00	476.409.508,63	476.389.182,63	476.274.164,07	38.565.491,37
Pessoal e Encargos Sociais	474.356.000,00	510.682.470,00	473.272.284,62	473.272.284,62	473.197.105,00	37.410.185,38
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.789.000,00	4.292.530,00	3.137.224,01	3.116.898,01	3.077.059,07	1.155.305,99
DESPA DE CAPITAL	200.000,00	200.000,00	63.343,97	63.343,97	63.343,97	136.656,03
Investimentos	200.000,00	200.000,00	63.343,97	63.343,97	63.343,97	136.656,03
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGENCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	221.238.100,00	221.238.100,00	-	-	-	221.238.100,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	699.583.100,00	736.413.100,00	476.472.852,60	476.452.526,60	476.337.508,04	259.940.247,40
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (VII)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	699.583.100,00	736.413.100,00	476.472.852,60	476.452.526,60	476.337.508,04	259.940.247,40
SUPERÁVIT (IX)	-	-	334.689.974,88	-	-	-
TOTAL (X) = (VIII + IX)	699.583.100,00	736.413.100,00	811.162.827,48	476.452.526,60	476.337.508,04	(74.749.727,48)

CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
DIRETORA PRESIDENTE

MARCELO VIZIOLI ROSA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS COSTA
CONTADOR(A)
CRC 1SP327583/O-1

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
ANEXO 12.1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO
DEZEMBRO - 2025

em Reais

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a + b - d - e)
	ANTERIORES (a)	31/12/2025 (b)				
DESPESAS CORRENTE	473.332,42	20.326,00	273.732,42	273.732,42	199.600,00	20.326,00
Pessoal e Encargos Sociais	15.899,09	-	15.899,09	15.899,09	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	457.433,33	20.326,00	257.833,33	257.833,33	199.600,00	20.326,00
DESPA DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	473.332,42	20.326,00	273.732,42	273.732,42	199.600,00	20.326,00

CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
DIRETORA PRESIDENTE

MARCELO VIZIOLI ROSA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS COSTA
CONTADOR(A)
CRC 1SP327583/O-1

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
ANEXO 12.2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADO
DEZEMBRO - 2025

em Reais

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (f) = (a + b - c - d)
	ANTERIORES (a)	31/12/2025 (b)			
DESPESAS CORRENTE	156.495,13	115.018,56	156.495,13	-	115.018,56
Pessoal e Encargos Sociais	80.585,58	75.179,62	80.585,58	-	75.179,62
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	75.909,55	39.838,94	75.909,55	-	39.838,94
DESPA DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	156.495,13	115.018,56	156.495,13	-	115.018,56

CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
DIRETORA PRESIDENTE

MARCELO VIZIOLI ROSA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS COSTA
CONTADOR(A)
CRC 1SP327583/O-1

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
DEZEMBRO - 2025

em Reais

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	VALOR	TÍTULOS	VALOR
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	811.162.827,48	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	476.472.852,60
Ordinária	-	Ordinária	3.241.530,24
Vinculada	821.497.673,57	Vinculada	473.231.322,36
Alienação de Bens	-	Alienação de Bens	-
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	-	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	-
Educação	-	Educação	-
Saúde	-	Saúde	-
Trânsito	-	Trânsito	-
Assistência Social	-	Assistência Social	-
Regime Próprio de Previdência	821.497.673,57	Regime Próprio de Previdência	473.231.322,36
Royalties da Exploração do Petróleo e Gás Natural	-	Royalties da Exploração do Petróleo e Gás Natural	-
Convênio com Recursos Ordinários	-	Convênio com Recursos Ordinários	-
Desvinculação de Receitas Municipais - DRM	-	Desvinculação de Receitas Municipais - DRM	-
Transferências Especiais da União ou Estado	-	Transferências Especiais da União ou Estado	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	10.334.846,09		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	3.233.753,41	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	461.544,83
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	4.122.107.002,64	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	4.195.135.366,02
RESTOS A PAGAR	-	RESTOS A PAGAR	-
Inscritos no período	135.344,56	Liquidados no período	430.227,55
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	-	SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	-
Inscritos no período	-	Liquidados no período	-
DEPÓSITOS	-	DEPÓSITOS	-
Recebidos no período	31.990.621,78	Restituições no período	33.354.687,70
OUTRAS MOVIMENTAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	-
Conforme Anexo 13-A	4.089.981.036,30	Conforme Anexo 13-A	4.161.350.450,77
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	-	SALDO EM ESPÉCIE P/O EXERCÍCIO SEGUINTE	-
DISPONÍVEL	1.082.736.079,68	DISPONÍVEL	1.347.169.899,76
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	-	DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	-
Caixa	-	Caixa	2.500,00
Bancos c/Movimento	1.392.567,65	Bancos c/Movimento	6.298,37
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	-	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.081.343.512,03	Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.347.161.101,39
TOTAL	6.019.239.663,21	TOTAL	6.019.239.663,21

CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR

MARCELO VIZIOLI ROSA

CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS COSTA

DIRETORA PRESIDENTE

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

CONTADOR(A)



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS
DEZEMBRO - 2025

em Reais

VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
TÍTULOS	2025	2024	TÍTULOS	2025	2024
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	Pessoal e Encargos	4.680.789,90	5.502.224,55
Impostos	-	-	Remuneração de Pessoal	3.752.946,33	4.631.395,35
Taxas	-	-	Encargos Patronais	461.733,32	548.148,12
Contribuições de Melhoria	-	-	Benefícios a Pessoal	466.110,15	322.681,08
Contribuições	603.841.358,43	415.615.367,34	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Contribuições Sociais	603.841.358,43	415.615.367,34	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	467.376.213,84	415.993.644,65
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	Aposentadorias e Reformas	429.472.228,66	379.767.099,12
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	Pensões	37.884.968,20	36.223.111,13
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-	Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	5.786.685,35	5.308.248,76	Benefícios Eventuais	-	-
Venda de Mercadorias	-	-	Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Venda de Produtos	-	-	Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	19.416,98	3.434,40
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	5.786.685,35	5.308.248,76	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.411.742,96	2.271.515,49
Variáveis Patrimoniais Aumentativas Financeiras	140.679.501,34	150.586.108,15	Uso de Material de Consumo	80.226,67	65.108,05
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	20.280.436,00	17.848.939,98	Serviços	2.071.552,92	1.937.652,88
Juros e Encargos de Mora	4.877,51	5.036,26	Depreciação, Amortização e Exaustação	259.963,37	268.754,56
Descontos Financeiros Obtidos	-	-	Variáveis Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	106.434.663,32	110.109.472,74	Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	13.959.624,51	13.622.659,27	Juros e Encargos de Mora	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	3.233.753,41	3.265.853,48	Variáveis Monetárias e Cambiais	-	-
Transferências Intra Governamentais	3.233.753,41	3.265.853,48	Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Transferências Inter Governamentais	-	-	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-	Transferências e Delegações Concedidas	461.544,83	385.575,67
Transferências das Instituições Multip governamentais	-	-	Transferências Intra Governamentais	461.544,83	385.575,67
Transferências de Consórcios Públicos	-	-	Transferências Inter Governamentais	-	-
Transferências do Exterior	-	-	Transferências a Instituições Privadas	-	-
Execução Orçamentária Delegada	-	-	Transferências a Instituições Multip governamentais	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-	Transferências ao Exterior	-	-
Valorização e Ganhos com Ativos	644.619.485,33	458.703.147,01	Transferências e Delegações Concedidas	461.544,83	385.575,67
Reavaliação de Ativos	546.253.473,10	291.669.980,15	Transferências Intra Governamentais	-	-
Ganhos com Alienação	98.366.012,23	53.303.877,59	Transferências Inter Governamentais	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimentos	-	8.807.046,37	Transferências a Instituições Privadas	-	-
Ganhos com desincorporação de Passivos	-	19.629,66	Transferências a Instituições Multip governamentais	-	-
Reversão de Reavaliação / Redução a valor Recuperável	-	104.902.713,34	Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.827.954.974,33	587.796.627,26	Transferências ao Exterior	-	-
Variável Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-	Execução Orçamentária Delegada	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-	Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Subvenções Econômicas	-	-	Desvalorização e Perdas de Ativos	298.308.555,31	323.811.992,47
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	1.762.134.842,20	541.324.743,83	Redução a Valor Recuperável e Provisão para Perdas	298.307.952,77	323.811.115,41
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	65.820.132,13	46.471.883,43	Perdas com Alienação	-	877,06
			Perdas Involuntárias	-	-
			Incorporação de Passivos	-	-
			Desincorporação de Ativos	602,54	-
			Tributárias	23.088,42	763,50
			Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
			Contribuições	23.088,42	763,50
			Custos das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	2.154.000.031,62	1.098.248.855,05
			Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
			Premiações	-	-
			Resultado Negativo de Participações	-	-
			Incentivos	-	-
			Subvenções Econômicas	-	-
			Participações e Contribuições	-	-
			VPD de Constituição de Provisões	1.861.208.257,21	1.097.557.119,82
			Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	292.791.774,41	691.735,23
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	3.226.115.758,19	1.621.275.352,00	Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	2.927.261.966,78	1.846.214.571,38
			Resultado Patrimonial do Período	298.853.791,41	(224.939.219,38)

CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
DIRETORA PRESIDENTE

MARCELO VIZIOLI ROSA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS COSTA
CONTADOR(A)



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DEZEMBRO - 2025

em Reais

TÍTULOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	4.926.412.903,44	2.628.212.076,94
Receitas Derivadas e Originárias	801.207.491,95	684.634.488,26
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	4.125.205.411,49	1.943.577.588,68
DESEMBOLSOS	4.671.871.074,92	4.195.043.236,94
Pessoal e Demais Despesas	476.704.391,62	421.923.526,49
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	4.195.166.683,30	3.773.119.710,45
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	254.541.828,52	-1.566.831.160,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	9.955.335,53	8.954.241,46
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	9.955.335,53	8.954.241,46
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	63.343,97	803.589,78
Aquisição de Ativo Não Circulante	63.343,97	803.589,78
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	9.891.991,56	8.150.651,68
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamentos	-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	264.433.820,08	-1.558.680.508,32
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	1.082.736.079,68	2.641.416.588,00
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	1.347.169.899,76	1.082.736.079,68

ANEXO 18A - QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

em Reais

TÍTULOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	340.684.046,30	310.027.096,87
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	5.736.496,29	5.218.576,11
Remuneração das Disponibilidades	204.800.675,55	172.413.350,33
Outras Receitas Derivadas e Originárias	249.986.273,81	196.975.464,95
Total das Receitas Derivadas e Originárias	801.207.491,95	684.634.488,26

CLAUDIA GEORGE MUSSELI CEZAR
DIRETORA PRESIDENTE



MARCELO VIZIOLI ROSA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA



CRISTIANE RIBEIRO DOS SANTOS COSTA
CONTADOR(A)
CRC 1SP327583/O-1



1/1

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
CNPJ: 05.507.216/0001-61
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
ENCERRADAS EM 31/12/2025

CONTEXTO OPERACIONAL:

A Lei nº 5.894, de 12 de setembro de 2002 criou o Instituto de Previdência do Município de Jundiaí (IPREJUN). Autarquia municipal, com personalidade jurídica de direito público, de natureza social, de conformidade com a Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e as respectivas alterações, a Lei federal nº 9.717 de 27 de novembro de 1998 e Portaria MTP nº 1.467/2022, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos RPPS.

O IPREJUN é responsável pelo pagamento dos benefícios previdenciários de aposentadoria (voluntária, do professor, do servidor que exerce atividades especiais, do servidor com deficiência, por incapacidade permanente para o trabalho e compulsória) e pensões por morte. Para cumprir com sua responsabilidade, o Instituto arrecada e gere os recursos previdenciários de acordo com as normas federais, e os aplica no mercado financeiro e de capitais em conformidade com as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). No ano de 2025 esteve vigente a Resolução CMN nº 4.963 de 25 de novembro de 2021. A partir de 1º de fevereiro de 2026, entrou em vigor a Resolução CMN nº 5.272 de 18 de dezembro de 2025.

Para garantir os pagamentos de benefícios no presente e no futuro, é de fundamental importância que o RPPS busque permanentemente o equilíbrio financeiro e atuarial. A Emenda Constitucional 103/2019, promulgada em 12 de novembro de 2019, trouxe a previsão expressa da necessidade de comprovação do equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência social. Ou seja, deve haver garantia de equivalência, ao valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, evidenciem a solvência e a

liquidez do plano de benefícios. Em outras palavras: deve haver equilíbrio atuarial no RPPS, e este deve ser comprovado através da Avaliação Atuarial.

O IPREJUN possui Nível IV no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios – Pró Gestão RPPS. Este é o nível mais alto da certificação e o Pró-Gestão é um programa que mede o grau de governança e qualidade de gestão. Dentre os pontos avaliados pela auditoria estão: controles internos, mapeamento e manualização de processos, controle interno, governança corporativa, políticas previdenciárias de saúde e segurança do servidor, transparência, educação previdenciária e outros itens. A primeira certificação do Instituto já foi no Nível IV, mantido e reavaliado anualmente desde 2019.

O Instituto obteve classificação C+ no IEG_PREV/Municipal 2025 (ano-base 2024). O Índice de Efetividade da Gestão Previdenciária Municipal objetiva aferir a adequação do Ente à legislação e à aplicação de boas práticas na gestão previdenciária no município e foi instituído pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O IEG-PREV/Municipal-TCESP contempla 07 áreas temáticas relevantes para higidez do sistema previdenciário: Contribuições, Endividamento, Atuária, Investimentos, Benefícios, Sustentabilidade dos RPPS e Fidedignidade das Informações.

De acordo com o Índice de Situação Previdenciária dos Regimes Próprios “ISP-RPPS” do ano de 2025, o IPREJUN permaneceu enquadrado no grupo “Grande Porte – Maior Maturidade” e obteve a nota “A” no indicador de situação previdenciária, maior nota prevista para o índice, obtendo a nota A nas classificações “Gestão e Transparência”, “Finanças e Liquidez” e “Atuária”.

(Em R\$)

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar nº 101/00, Portaria MTP 1467/2022 e alterações, as normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal, que estão definidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e as Instruções de Procedimentos Contábeis (Pix).

O MCASP é de observância obrigatória para todos os entes da Federação, está alinhado às diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP e às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - IPSAS, e encontra-se de acordo com a legislação aplicável a contabilidade no setor público brasileiro.

NOTA 2 – CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com o Anexo I da Portaria Conjunta STN/SOF nº 163, de 2001 e suas atualizações. O desdobramento dos códigos de elemento de despesa está de acordo com a classificação da despesa por subelemento definida no Anexo II – Tabelas de Escrituração Contábil – Auxiliares 2024 expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas.

O objetivo das Demonstrações Contábeis é a escrituração, e informações, sobre a execução orçamentária, mutações no patrimônio, desempenho econômico-financeiro, evidenciados no Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração de Variação Patrimonial e Demonstração de Fluxo de Caixa.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31/12/2025 os valores registrados como Caixa e Equivalentes de Caixa no Balanço Patrimonial correspondem a R\$8.798,37 o qual detalhamos a seguir:

O Registros constantes em Caixa e Equivalentes de Caixa, obedecem a utilização da Moeda funcional, o Real.

Em virtude da necessidade do controle de saldo e movimentação separada entre caixa de pagamento de benefícios e encargos deles provenientes, e taxa de administração, o IPREJUN possuía com saldo em 31/12/2025, Contas Correntes:

BANCOS CONTAS MOVIMENTOS- POSIÇÃO				
Código Banco	Descrição	Saldo 31/12/2025 R\$	Saldo 31/12/2024 R\$	ΔH %
16	Banco Bradesco- Conta Corrente taxa de Administração	1,00	1,00	-
379	Banco Bradesco- Conta Corrente- Benefícios	6.296,37	1.385.415,38	-100%
385	Banco do Brasil S/A- Conta Corrente	2.500,00	7.150,27	-65%
404	Banco Bradesco- Conta Corrente Taxa de Administração	1,00	1,00	
	Total	8.798,37	1.392.567,65	

Os saldos mantidos nas contas correntes 379 e 385 referem-se aos valores retidos em folha de pagamento de beneficiários, que deverão ser pagos aos destinatários no exercício de 2026. Conforme prevê a contabilidade pública, uma vez que o recurso pertencia a terceiros e apenas estava na fidúcia do IPREJUN, o mesmo foi mantido em disponibilidades. Verificamos uma redução significativa em relação aos saldos de 31/12/2024, visto que naquele exercício, o Banco Bradesco deixou de reter no mês de dezembro os valores relativos aos descontos consignados na folha de benefícios (empréstimos e financiamentos).

NOTA 4 – CRÉDITOS CIRCULANTE E NÃO-CIRCULANTE

Em 31/12/2025 o montante de Créditos a Curto Prazo registrados no grupo Ativo Circulante é de R\$ 111.955.417,65 e os Créditos a Longo Prazo no grupo Ativo Não - Circulante é de R\$ 4.445.027.444,58, totalizando o valor de R\$ 4.556.982.862,23, uma variação positiva de 44%. A seguir detalhamos a composição:

Créditos a Curto Prazo			
Tipo	Valor em 31/12/2025(R\$)	Valor em 31/12/2024(R\$)	ΔH %
Empréstimos a Receber RPPS	12.039.582,33	11.242.372,32	7%
Contribuições do RPPS a Receber - Patronal	47.361.335,64	42.260.165,25	12%
Contribuições a Receber Servidor, Aposentado e Pensionista	18.856.874,58	17.708.356,78	6%
Crédito Previdenciários do RPPS Parcelados- Patronal	31.703.454,91	30.327.258,10	5%
Crédito do RPPS Junto ao RGPS	1.776.467,95	914.205,64	94%
Compensação Financeira Entre Regimes Previdenciários- Estado	198.907,43	805.294,01	-75%
Compensação Financeira Entre Regimes Previdenciários- Município	18.794,81	153.008,81	-88%
Total	111.955.417,65	103.410.660,91	8%

Um dos parcelamentos firmados com o Município foi encerrado no mês de novembro/2025, momento em que foi constatado que o saldo devedor estava contabilizado pelo custo histórico. Tendo em vista essa constatação, além do apontamento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em consonância com o entendimento da Prefeitura Municipal, foram recalculados os saldos a pagar dos Termos 107 e 108/2018, o que ensejou em aumento de saldo a receber de 68%, após o cômputo dos juros do período nos respectivos saldos.

Além dos Termos de Acordo citados, o município também possuiu outros dois termos de Parcelamentos, 05/2000 e 06/2000, que são mensurados pelo custo histórico, corrigidos com atualização monetária e cômputo dos juros do período da pactuação contratual à parcela vigente em 31/12/2025. O saldo final dos quatro termos é correspondente ao registrado na Dívida Consolidada do Município (R\$ 316.536.183,03).

Saldos de Empréstimos e Parcelamentos (EM R\$)				
TIPO	05/2000	06/2000	107/2018	108/2018
CP	5.617.855,75	12.039.582,33	18.613.947,96	7.471.651,20
LP	22.471.423,00	48.158.329,30	144.258.096,69	57.905.296,80
Saldo Total	28.089.278,75	60.197.911,63	162.872.044,65	65.376.948,00

A título de informação, demonstramos a base legal referente a concessão empréstimo e parcelamento de contribuições previdenciárias:

Empréstimo – Termo de Acordo 006/2000 – Lei nº 4.892 de 14 de novembro de 1.996;

Parcelamento Contribuições Previdenciárias- Termo de Acordo 005/2000 - Lei: nº.5.573 de 21 de dezembro de 2000;

Parcelamento Contribuições Previdenciárias - Termos de Acordo 107/2018 e 108/2018) - Lei nº 8.893/17;

Parcelamento Contribuições Patronais do período de março/2020 a setembro/2020, autorizado pela Lei Complementar Federal 173/2020- Acordo 00536/2020 – Lei nº 9459/2020.

A seguir, segue o detalhamento das contas que compõe os créditos a curto prazo:

- 1) O valor de R\$ 12.039.582,33 refere-se ao contrato de empréstimo contraído pela Prefeitura do Município de Jundiá junto ao IPREJUN e se encontra contabilizado na conta contábil 1.1.2.4.2.07.01 – Empréstimos a Receber RPPS;
- 2) A quantia de R\$ 47.361.335,64 refere-se a Contribuição Previdenciária Patronal da competência de 12/2025 cujo recebimento é estimado para ocorrer em 01/2026 e se encontra contabilizado na conta contábil 1.1.3.6.2.01.01 - Contribuições do RPPS a Receber Patronal;
- 3) Já o valor de R\$ 18.856.874,58, trata-se de Contribuições do RPPS a Receber Servidor, Aposentado, Pensionista da competência 12/2025 cujo recebimento também é estimado para ocorrer 01/2026, a contabilização ocorreu na conta contábil 1.1.3.6.2.01.02- Contribuições do RPPS a Receber Servidor, Aposentado, Pensionista;
- 4) O montante de R\$ 31.703.454,91 se refere a Créditos Previdenciários Patronais que se encontram em regime de parcelamento e estão contabilizados

na conta contábil 1.1.3.6.2.02.01 - Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados – Patronal.

- 5) No exercício de 2025, foi considerada a inclusão da constituição de valor a receber de Compensação Previdenciária- COMPREV, uma vez que o relatório de fechamento mensal liberado pelo sistema do COMPREV, é liberado com defasagem de dois meses, registrou-se a receber em janeiro/2026, o valor correspondente de: R\$ 1.776.467,95 (RGPS), R\$ 198.907,43 (Estados) e R\$ 18.794,81 (Municípios).

Créditos a Longo Prazo			
Tipo	Valor em 31/12/2025(R\$)	Valor em 31/12/2024(R\$)	ΔH %
Empréstimos a Receber RPPS	48.158.329,30	56.211.861,59	-14%
Crédito Previdenciários do RPPS Parcelados- Patronal	224.634.816,49	121.813.707,37	84%
Valor atual da Contribuição Patronal Suplementar para Cobertura do Déficit Atuarial- Fundo em Capitalização	4.172.234.298,79	2.886.481.190,36	45%
Total	4.445.027.444,58	3.064.506.759,32	45%

O longo prazo, é composto por Empréstimos a Receber; Crédito Previdenciário Parcelado no Longo Prazo e valor de Contribuição Patronal Suplementar para Cobertura de Déficit Atuarial.

- 1) O valor de R\$ 48.158.329,30 representa parcelas do empréstimo a receber, cujo vencimento se dará no Longo Prazo e se encontra contabilizado na conta contábil 1.2.1.1.2.03.03- Empréstimos a Receber RPPS e com uma variação de 14% em relação ao exercício anterior, em função do recebimento das parcelas mensais e atualização monetária.
- 2) Nos Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados, tem-se o montante de R\$ 224.634.816,49 que representa os créditos previdenciários do RPPS que se encontram em regime de parcelamento, cujo vencimento se dará no Longo Prazo e se encontram contabilizados na conta contábil 1.2.1.1.2.06.04.
- 3) Já o valor de R\$ 4.172.234.298,79 representa o valor atual do plano de amortização do déficit atuarial vigente, instituído através da Lei Municipal nº 10.217 de 04/09/2024 e constante do Relatório de Avaliação Atuarial elaborado pela empresa Lumens Assessoria e Consultoria Atuarial LTDA, assinada pelo representante técnico Sr. Guilherme Walter, MIBA nº2091, data-base 31/12/2025, que se encontra registrado na conta contábil 1.2.1.1.2.08.02 -

Valor atual da contribuição patronal suplementar para cobertura do déficit atuarial.

Registramos ainda que no exercício de 2025, foram registrados dois demonstrativos de provisões matemáticas decorrentes da Avaliação Atuarial, sendo o primeiro em janeiro/2025, referente a data base 31/12/2024, e o último em dezembro/2025 cujos registros refletem a posição na data base de 31/12/2025. Também é importante destacar que a IPC 14 – Instrução de Procedimentos Contábeis prevê que, quando há a implementação da medida de equacionamento do Déficit Atuarial, os valores decorrentes do plano de amortização devem ser registrados no Ativo Não Circulante, por tratar-se de direitos a receber pelo o RPPS no longo prazo.

NOTAS 5 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras no IPREJUN, que são oriundas na essência de contribuições para manutenção do Regime, devem para garantir o pagamento futuro dos benefícios e serem realizadas de maneira responsável, rentabilizadas ao longo dos anos, para mitigação do efeito inflacionário, para isso, faz-se necessário as aplicações financeiras em Títulos e valores Mobiliários. Isto posto, tem-se:

Curto Prazo- Classificação	Valor em 31/12/2025 (R\$)	Valor em 31/12/2024 (R\$)
Investimentos Renda fixa	299.001.376,01	256.927.496,78
Investimentos Renda Variável	601.964.117,54	396.875.843,25
Investimento no Exterior	262.341.280,90	273.873.582,15
Investimento Estruturado	144.997.861,60	139.969.219,70
Investimento Imobiliário		5.140.164,07
Investimento Reserva de Administração	38.856.465,34	8.557.206,08
Total	1.347.161.101,39	1.081.343.512,03

Longo Prazo- Classificação	Valor em 31/12/2025 (R\$)	Valor em 31/12/2024 (R\$)
Investimentos Renda fixa	1.862.354.906,27	1.632.798.729,72
Investimentos Renda Variável	1.060.450,47	4.298.134,42
Outros valores Mobiliários	15.940.094,48	264.465.813,34
Fundos Avaliados a Valor de Mercado	938.631,97	1.565.732,91
Investimento Imobiliário	41.481.529,35	
Investimento Estruturado	341.053.266,02	
Outros Investimentos e aplicações Temporárias		28.569.809,86
Outros Investimentos e Aplicações Temporárias a LP		11.349.634,84
Total	2.262.828.878,56	1.943.047.855,09

A alocação dos recursos a longo prazo considera a característica dos investimentos e intenção de prazo de permanência, de acordo com as disposições do MCASP e IPC14 e previsão no plano de contas, estas registradas nas contas 1.2.1.3- Investimento e Aplicações Temporárias a Longo Prazo- consolidação, mantendo o valor apurado no setor de Investimento. Os valores detalhados constam da de Carteira de Investimento disponível em:

https://iprejun.sp.gov.br/N/arquivos/planilha_investimento/1768335931.pdf

Os investimentos somaram em 31/12/2025 R\$ 3.609.989.979,95, segregados na conta 1.1.4.0.00.00- Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo no valor de R\$ 1.347.161.101,39 e na conta 1.2.1.3 Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo no valor de R\$ 2.262.828.878,56

Em Renda fixa para constituir o saldo em relatório de Investimento tem-se: conta 1.1.4.4.1.01.00- APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO- R\$ 299.001.376,01;; 1.2.1.3.04- FUNDOS AVALIADOS A VALOR DE MERCADO R\$ 938.631,97; APLICAÇÕES DO RPPS EM TÍTULOS DO TESOIRO NACIONAL MARCADOS NA CURVA – contas 1.2.1.3.1.09.01 e 1.2.1.3.1.09.11 no valor R\$ 1.862.354.433,83, 1.2.1.3.09.07- FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS R\$ 472,44; totalizando assim R\$ 2.162.294.914,25

Renda Variável é composto pelas contas 1.1.4.4.1.02.00- APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO- R\$ 601.964.117,54; 1.2.1.3.1.10- APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL-

RPPS- LONGO PRAZO- FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO- R\$1.060.450,47 Total de R\$603.024.568,01.

Investimentos no Exterior está registrado em 1.1.4.4.1.03.00- APLICAÇÕES DO RPPS EM FUNDOS DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR- R\$ 262.341.280,90

Os Fundos Estruturados em 1.1.4.4.1.04.00- APLICAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTO ESTRUTURADOS - RPPS – R\$ 144.997.861,60; em 1.2.1.3.12.00- APLICAÇÕES EM FUNDOS DE INVESTIMENTO ESTRUTURADOS – RPPS – R\$ 341.053.266,02; 1.2.1.3.1.98.00- OUTROS VALORES MOBILIARIOS- R\$ 12.994.076,59 e 1.2.1.3.1.99.00- OUTROS VALORES MOBILIARIOS (P) R\$ 2.946.017,89 somando R\$ 501.991.222,10.

Investimento em Fundo Imobiliário resultou em R\$ 41.481.529,35, oriundo da conta, 1.2.1.3.1.13.00 APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE IMÓVEIS – R\$ 41.481.529,35.

Os investimentos relacionados à taxa de Administração totalizam R\$ 38.856.465,34, contates na conta 1.1.4.4.1.30.

O reconhecimento das Receitas auferidas nos Fundos de Investimento totalizou R\$ 204.800.675,55.

No exercício de 2024, a conta contábil 1.1.4.9.1.05.11- Redutora do ativo- (-) AJUSTE DE PERDAS ESTIMADAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, onde anteriormente registrava-se o potencial saldo de perda dos fundos, foi zerada. Atualmente, a estimativa de possível perda com investimentos está registrada como VPD- 3.6.1.7.08.00- DESVALORIZAÇÃO A VALOR JUSTO DOS INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS DO RPPS, tão logo ocorre a baixa do valor recuperável. Esta opção de contabilização ensejou na necessidade de utilização da Dedução de Receita, no advento de perda de Investimento (Conta 4.4.5.2.1.00.00). A exemplo disso, foram reconhecidas perdas de Investimento, no dia 23/04/2025: Banco 1039- BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIQ, no valor de – R\$ 3.665.174,14; Banco 1107 BTG PACTUAL CORPORATE OFFICE FI, no valor de – R\$ 1.477.061,12. No dia 31/10/2025- Banco 1057 MAG GLOBAL EQUITY FIC FIF MULT, no valor de – R\$ 5.222.610,83.

* MARCAÇÃO DOS TÍTULOS

É importante destacar que parte das aplicações financeiras do Instituto possuem marcação na curva, ou seja, são títulos precificados pelo valor que será recebido no vencimento. É um método que se baseia na curva de juros e não leva em consideração as variações diárias de preço. Em 31/12/2025, as NTN-B – Notas do Tesouro Nacional – Série B precificadas pela marcação na curva totalizaram R\$ 1.862.354.433,83. Estes valores estão registrados no grupo 1.2.1.3.1.09.01 - TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TESOIRO NACIONAL, no valor de R\$ 1.136.863.541,52 e 1.2.1.3.1.09.11 TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TESOIRO NACIONAL (RPPS) no valor de R\$ 725.490.892,31.

NOTA 6 - ESTOQUES

O saldo apurado de estoques refere-se ao estoque de materiais de expediente, gêneros alimentícios e materiais de consumo diversos, inclusive materiais de limpeza.

ESTOQUE E ATIVOS BIOLÓGICOS			
Classificação	Valor em 31/12/2025 (R\$)	Valor em 31/12/2024 (R\$)	ΔH %
Materiais de Expediente	7.704,90	9.356,55	-18%
Gêneros Alimentícios	1.044,13	1.549,04	-33%
Material de Consumo	25.728,21	17.917,41	44%
Total	34.477,24	28.823,00	20%

NOTA 7- VPD PAGA ANTECIPADAMENTE

O valor registrado na conta contábil 1.1.9.1.1.99 refere-se a prêmios de seguros (seguro predial) pagos em 2025, cujas parcelas serão apropriadas ao longo de 2026.

VPD PAGA ANTECIPADAMENTE			
Classificação	Valor em 31/12/2025 (R\$)	Valor em 31/12/2024 (R\$)	ΔH %
Seguros a apropriar	2.000,00	2.179,20	-8%
Total	2.000,00	2.179,20	-8%

Houve redução no valor de seguros a serem apropriados considerando o valor contratado. A vigência vencerá em agosto de 2026.

NOTA 8- IMOBILIZADO

O saldo do Ativo Imobilizado em 31/12/2025 é de R\$ 5.789.415,79, sendo subdividido em Bens Móveis R\$ 721.467,62 e Imóveis de R\$ 5.067.948,17.

ATIVO IMOBILIZADO			
Classificação	Valor em 31/12/2025 (R\$)	Valor em 31/12/2024 (R\$)	ΔH %
Bens Moveis (I)	721.467,62	683.607,26	6%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	97.167,44	93.360,47	4%
Bens de Informática	202.565,60	143.727,60	41%
Móveis e Utensílios	403.791,28	430.637,54	-6%
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	3.488,90	2.789,90	25%
Demais Bens Móveis	14.454,40	13.091,75	10%
Bens Imóveis (II)	6.256.747,10	6.256.747,10	0%
Bens de Uso Especial	6.256.747,10	6.256.747,10	0%
Depreciação (III)	1.188.798,93	928.835,56	28%
Depreciação Acumulada Bens Móveis	348.362,32	302.978,51	15%
Depreciação Acumulada Bens Imóveis	840.436,61	625.857,05	34%
Total Ativo Imobilizado (I)+(II)-(III)	5.789.415,79	6.011.518,80	-4%

Movimentação do Imobilizado

No exercício de 2025, o IPREJUN realizou a aquisição de alguns materiais que impactaram nos bens móveis, totalizando R\$ 64.706,62, o que ensejou na variação horizontal nas contas de 9,24%. Também ocorreram baixas no valor de R\$ 26.846,26, conforme demonstrado a seguir:

MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO- BENS MÓVEIS			
Descrição	2025	2024	ΔH %
Saldo Conta Bens Móveis sem depreciação- Ano	683.607,26	624.374,37	9,49%
(+) Aquisições no Ano	64.706,62	59.232,89	9,24%
(-) Baixas	- 26.846,26		100,00%
(=) Saldo do Imobilizado em 31/12- Antes da Depreciação	721.467,62	683.607,26	5,54%
(-) Depreciação Acumulada	- 348.362,32	- 302.978,51	14,98%
(=) Saldo de Imobilizado (bens Móveis) 31/12	373.105,30	380.628,75	-1,98%

A baixa de R\$ 26.846,26 refere-se a dois lançamentos, sendo o primeiro na conta 1.2.3.1.1.03.03- Mobiliário em Geral, decorrente de reavaliação registrada em 31/10/2025, no valor de R\$ 26.243,72, e o segundo, na conta 1.2.3.1.1.03.01 – Aparelhos e utensílios domésticos, decorrente de baixa de um equipamento purificador de água, no valor de R\$ 602,54.

A Depreciação Acumulada, no fechamento de 2025, foi de R\$ 348.362,32, considerando a movimentação anual de R\$ 45.383,81, em razão de novas aquisições, depreciação em curso.

Em relação à movimentação do Ativo Imobilizado- Bens Imóveis, o impacto ocorreu apenas no valor da depreciação acumulada de R\$ 840.436,61, convergindo no saldo líquido de R\$ 5.416.310,49.

MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO- BENS IMÓVEIS			
Descrição	2025	2024	ΔH %
Saldo Conta Bens Imóveis sem depreciação- Saldo Inicial	6.256.747,10	5.458.776,32	14,62%
(+) Construção e Manutenção agregadoras	-	838.070,78	-100,00%
(=) Saldo do Imobilizado em 31/12- Antes da Depreciação	6.256.747,10	6.256.747,10	0,00%
(-) Depreciação Acumulada	- 840.436,61	- 625.857,05	34,29%
(=) Saldo de Imobilizado (bens Móveis) 31/12	5.416.310,49	5.670.990,05	-4,49%

O terreno onde o edifício sede do IPREJUN foi construído ainda não é um bem de propriedade do IPREJUN. Trata-se de um bem cedido pela Prefeitura Municipal de Jundiaí para uso a título gratuito pelo IPREJUN por 20 anos, contados a partir de 21/11/2012 com vencimento em 20/11/2032 (datas conforme extrato do termo aditivo publicado na imprensa oficial do município de Jundiaí em 05/08/2020 - (Processo Adm. 17.221/2009). A doação está prevista para ocorrer no final do contrato de cessão de uso em 20/01/2032. Antes do vencimento, existe a possibilidade de renovação da cessão de uso por mais 20 anos.

Devido a não ter a propriedade do terreno, o mesmo não está contabilizado em conta contábil de bens imóveis do IPREJUN. O valor do terreno é controlado por meio da conta 8.9.9.8.1.00.00- Permissão de uso - bens recebidos, pelo montante de R\$ 2.104.627,20. Este saldo ocorreu após a reavaliação do terreno, ocorrida em fevereiro de 2025, em virtude da emissão de novo laudo – Processo SEI IPJ.0000071/2025.

A depreciação do Imóvel teve um acréscimo de 34,29% (R\$ 214.579,56), totalizando em 31/12/2025, R\$ 840.436,61.

NOTA 9 - COMPOSIÇÃO DO ATIVO

O Ativo Circulante representa 17,85% do Ativo Total, enquanto o Ativo Não Circulante 82,15%. A variação decorre da segregação das aplicações financeiras de curto e longo prazo, conforme já evidenciado.

A situação do ativo, condiz com a natureza do RPPS, uma vez que são recursos para o pagamento de recursos previdenciários no longo prazo.

ATIVO				
TÍTULOS	2025	2024	ΔV2025 %	ΔV2024 %
ATIVO CIRCULANTE	1.459.161.794,65	1.186.177.742,79	17,85%	19,13%
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.798,37	1.392.567,65	0,00%	0,02%
Créditos a Curto Prazo	111.955.417,65	103.410.660,91	1,37%	1,67%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	1.347.161.101,39	1.081.343.512,03	16,48%	17,44%
Estoques / Ativos Biológicos	34.477,24	28.823,00	0,00%	0,00%
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	-	-	-	-
VPD Pagas Antecipadamente	2.000,00	2.179,20	0,00%	0,00%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.713.645.738,93	5.013.566.133,21	82,15%	80,87%
Realizável a Longo Prazo	6.707.856.323,14	5.007.554.614,41	82,08%	80,77%
Investimentos	-	-	-	-
Imobilizado	5.789.415,79	6.011.518,80	0,07%	0,10%
Intangível	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-
TOTAL	8.172.807.533,58	6.199.743.876,00	100,00%	100,00%
ATIVO FINANCEIRO	2.376.339.593,76	2.031.196.390,06	29,08%	32,76%
ATIVO PERMANENTE	5.796.467.939,82	4.168.547.485,94	70,92%	67,24%
SALDO PATRIMONIAL				
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO	2025	2024		
Atos Potenciais Ativo				
Garantias e Contragarantias Recebidas	2.000,00	-		
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	-	-		
Direitos Contratuais	-	-		
Demandas Judiciais	-	-		
Outros Atos Potenciais do Ativo	128.410.292,04	127.422.755,94		

10- PASSIVO CIRCULANTE

O total do Passivo Circulante é de R\$ 5.341.245,84, sendo a maior parcela deste valor R\$ 4.709.092,78, registrada em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e assistenciais a Pagar a Curto Prazo.

Em análise horizontal, a variação foi negativa em 44%, ensejado pela queda em 32 %- Obrigações Trabalhistas; 42% Fornecedores e Contas a Pagar e -100% Demais Obrigações a Curto Prazo. Abaixo listamos a composição do passivo circulante:

PASSIVO CIRCULANTE			
Classificação	Valor em 31/12/2025 (R\$)	Valor em 31/12/2024 (R\$)	ΔH %
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	4.709.092,78	6.880.822,31	-32%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	250.000,00	176.142,43	42%
Demais Obrigações a Curto Prazo	382.153,06	1.766.556,21	-78%
Passivo Circulante	5.341.245,84	8.823.520,95	-39%

O valor de R\$ 4.709.092,78 é composto pelas seguintes contas:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo				
Contas	Descrição	Valor em 31/12/2025 (R\$)	Valor em 31/12/2024 (R\$)	ΔH %
211110101	Salários, Remunerações e Benefícios (F)	-	-	
211110103	Férias (P)	519.806,69	391.232,67	33%
211110104	Licença- Prêmio	218.786,36	142.755,72	53%
211110111	Salários, Remunerações e Benefícios (P)	361.124,61	300.923,82	20%
211110113	Férias (F)	59.998,17		100%
211110503	Precatório de Pessoal- regime Ordinário- A partir de 05/05/2000- Não vencidos	-	1.798.007,40	-100%
211110600	Pessoal a Pagar- Sentenças Judiciais- Exceto Precatórios (P)	30.000,00	13.000,00	131%
211210100	Benefícios Previdenciários a Pagar- Consolidação	2.147,14	2.049,38	5%
211210503	Precatórios de Benefícios Previdenciários- Regime Ordinário- A partir de 05/05/2000	224.456,56		100%
211210600	Benefícios Previdenciários A Pagar- Decisões Judiciais- Exceto Precatórios	3.239.900,00	4.081.550,00	-21%
211230501	Obrigações do RPPS Junto ao RGPS (F)	38.450,76	68.682,41	-44%
211250501	Crédito do RPPS junto ao RPPS do Município (F)	1.388,18	4.084,71	-66%
211410801	Contribuição a Entidade de Previdência Complementar (F)	536,80	506,23	6%
211420101	Contribuição a regime Próprio de Previdência (RPPS) (F)	307,69	25.634,88	-99%
211429901	Outros Encargos Sociais (F)		33.635,04	-100%
211430101	Contribuições Ao RGPS- Contribuição Sobre Salários e Remuneração	12.189,82	18.760,05	-35%
	Total	4.709.092,78	6.880.822,31	-32%

Foi registrada na contabilidade a obrigação referente ao passivo judicial do IPREJUN, conforme levantamento das lides envolvendo o instituto, elaborado pela Procuradoria Jurídica, e que demonstrou a possibilidade de perdas em decisões judiciais, sendo:

Perdas concretizadas: R\$ 2.387.400,00 (aposentados), R\$ 426.000,00 (pensões), R\$ 30.000,00 (ativos).

Perdas prováveis: R\$ 426.500,00 (aposentados)

Total: R\$ 3.269.900,00, sendo R\$ 3.239.900,00 registrado na conta 2.1.1.2.1.06.00 e R\$ 30.000,00 conta 2.1.1.1.1.06.00- Pessoal a Pagar- Sentenças Judiciais- Exceto Precatórios (P);

Também foi estimada pela Procuradoria Jurídica a perda já concretizada no valor de R\$ 250.000,00, a ser paga com recursos da Taxa de Administração, cujo valor foi contabilizado na conta 2.1.3.1.1.09.00 - Fornecedores Nacionais - Decisões Judiciais - Exceto Precatórios.

O valor de R\$ 224.456,56, refere-se à contabilização de Mapa de precatórios a serem pagos no exercício de 2025, registrado na conta 2.1.1.1.05.03, e refere-se a aposentadorias.

No exercício de 2024, começou a ser constituída a provisão de pagamento referente a Licença-Prêmio, considerando a possibilidade prevista pela Lei Complementar 499/2010 para que o benefício seja pago em pecúnia. O cálculo corresponde a 1/60 por mês da folha de pagamento de servidores, totalizando até 31/12/2025 R\$ 218.786,36. Ainda no que tange a folha de pagamento, tem-se como férias a pagar, e seus encargos, R\$ 579.804,86.

Também foi inserido o registro de benefícios a pagar, no valor de R\$ 361.124,61, composto por saldo de quitações a pagar aos herdeiros ou pensionistas no caso de óbito de segurados beneficiários, nos termos da lei.

O saldo de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, no montante de R\$ 250.000,00, apresenta a seguinte composição:

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo				
Contas	Descrição	Valor em 31/12/2025 (R\$)	Valor em 31/12/2024 (R\$)	ΔH %
213110101	Fornecedores Não Parcelados A Pagar (F)	-	3.142,43	-100%
213110900	Fornecedores Nacionais- Decisões Judiciais- Exceto Precatórios	250.000,00	173.000,00	45%
Total		250.000,00	176.142,43	42%

O valor de R\$ 250.000,00 compõe a maior parte do saldo, e se refere a inclusão em provisão de passivo judicial a pagar- Fiscalização Construção, tida como Perda Provável, a ser executado em 2026.

Em Fornecedores Não Parcelados a Pagar, não houve valor registrado.

O total registrado a título de Demais Obrigações a Curto Prazo, no valor de R\$ 382.153,06, contempla valores a serem repassados a terceiros em 2026, e estão detalhadas a seguir:

Demais Obrigações a Curto Prazo				
Contas	Descrição	Valor em 31/12/2025 (R\$)	Valor em 31/12/2024 (R\$)	ΔH %
218810110	Pensão Alimentícia	358,20	358,20	0%
218810111	Planos de Previdência e Assistência Médica	536,80	506,23	6%
218810113	Retenções- Entidades Representativas de Classes (F)	47,26	47,26	0%
218810114	Retenções- Planos de Seguros (F)	6.305,19	6.371,55	-1%
218810115	Retenções- Empréstimos e Financiamentos (F)	347.554,10	1.708.224,86	-80%
218810499	Outros Depósitos (F)	4.486,89	8.602,61	-48%
218819900	Outros Valores Restituíveis (F)	5.683,50	3.183,50	79%
218820101	RPPS- Retenções Sobre Vencimentos e Vantagens (F)	2.376,39	24.522,88	-90%
218820104	Imposto Sobre a Renda Retido na Fonte- IRRF (F)	4.229,05	2.439,79	73%
218820108	ISS (F)	632,03	612,03	3%
218830102	Contribuição ao RGPS (F)	9.943,65	11.687,30	-15%
Total		382.153,06	1.766.556,21	-78%

Em resumo, o saldo da conta “Adiantamento de Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo” é composto por retenções extraorçamentárias, situação em que o Instituto é

apenas o intermediário financeiro. O mesmo apresentou um decréscimo de 78% quando comparado a 2024, pois parte dos repasses referentes à folha de pagamento de dezembro/2025 e 13º salário/2025 já foram realizados dentro do próprio exercício, restando apenas o saldo de R\$ 382.153,06 na conta contábil 218800000, cuja maior parte refere-se à Retenção de Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$ 347.554,10. E seu desdobramento deu-se:

ANEXO 17				
Descrição	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
DEPÓSITO				
218810110- Pensão Alimentícia (F)	358,20	1.537.007,32	1.537.007,32	358,20
218810111- Planos de Previdência e Assistência Médica (F)	506,23	6.276,92	6.246,35	536,80
218810113- Retenções Entidades Representação Classes (F)	47,26	5.126.497,47	5.126.497,47	47,26
218810114- Retenções Plano de Seguros (F)	6.371,55	101.837,33	101.903,69	6.305,19
218810115- Retenções- Empréstimos e Financiamentos (F)	1.708.224,86	25.061.873,02	26.422.543,78	347.554,10
218810499- Outros Depósitos (F)	8.602,61	36.189,64	40.305,36	4.486,89
218819900- Outros Valores Restituíveis (F)	3.183,50	23.044,97	20.544,97	5.683,50
2188201101- RPPS- Retenções sobre Vencimentos e Vantagens (F)	24.522,88	41.078.167,65	41.100.314,14	2.376,39
218820104- Impostos sobre a Renda Retido na Fonte (F)	2.439,79	62.729.831,83	62.728.042,57	4.229,05
218820108- ISS	612,03	7.179,39	7.159,39	632,03
218830102- Contribuição ao RGPS (F)	11.687,30	97.895,11	99.638,76	9.943,65
Totais	1.766.556,21	135.805.800,65	137.190.203,80	382.153,06
Restos a Pagar	-			
Não processados	473.332,42	20.326,00	473.332,42	20.326,00
Processados	156.495,13	115.018,56	156.495,13	115.018,56
Total Restos a Pagar	629.827,55	135.344,56	629.827,55	135.344,56
TOTAL GERAL	2.396.383,76			517.497,62

O saldo de restos a pagar não-processado refere-se as despesas orçamentárias não liquidadas no valor R\$ 20.326,00 cujas fases de liquidação e pagamento deverão ocorrer no exercício seguinte. Os valores registrados como Restos a Pagar Processados são da ordem de R\$ 115.018,56 refere-se a despesas com o pagamento do INSS e Folha de Pagamento que já passaram pela fase de liquidação, ficando pendente o pagamento a ocorrer em 2026.

NOTA 11 – PASSIVO NÃO-CIRCULANTE – PROVISÕES A LONGO PRAZO

O valor registrado no balanço patrimonial em 31/12/2025 a título de Provisões a Longo Prazo é R\$ 8.059.910.292,80 e refere-se a Provisão Matemática Previdenciária (PMP) cuja composição detalhamos a seguir:

CONTA	DESCRIÇÃO	Valor em 31/12/2025 (R\$)	Valor em 31/12/2024 (R\$)	ΔH %
2.2.7.2.1	Provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo – consolidação - 31/12/2025	8.059.910.292,80	6.382.218.151,52	26%
2.2.7.2.1.03	Fundo em capitalização - provisões de benefícios concedidos	4.251.894.414,06	3.805.334.953,44	12%
2.2.7.2.1.03.01	(+) Aposentadorias/pensões concedidas	4.986.210.725,40	4.390.977.997,62	14%
2.2.7.2.1.03.03	(-) Contribuições do aposentado	401.376.414,75	344.089.379,54	17%
2.2.7.2.1.03.04	(-) Contribuições do pensionista	19.801.543,08	19.914.185,44	-1%
2.2.7.2.1.03.05	(-) Compensação previdenciária	313.138.353,51	221.639.479,20	41%
2.2.7.2.1.04	Fundo em capitalização - provisões de benefícios a conceder	3.516.047.910,90	2.576.883.198,08	36%
2.2.7.2.1.04.01	(+) Aposentadorias/pensões a conceder	6.211.497.613,64	5.468.909.522,53	14%
2.2.7.2.1.04.02	(-) Contribuições do ente	904.868.845,37	1.053.172.039,00	-14%
2.2.7.2.1.04.03	(-) Contribuições do servidor	1.620.518.497,13	1.510.719.714,10	7%
2.2.7.2.1.04.04	(-) Compensação previdenciária	170.062.360,24	328.134.571,35	-48%
2.2.7.2.1.07	Provisão Atuarial para Ajustes do Plano Previdenciário	291.967.967,84	273.157.247,77	7%
2.2.7.2.1.07.04	Provisão Atuarial para Contingências de Benefícios (P)	291.967.967,84	273.157.247,77	7%

Fonte: Avaliação Atuarial data base (31/12/2025)

Todos os anos o IPREJUN realiza um estudo/laudo atuarial, para saber qual o montante atualizado dos seus compromissos futuros referente a benefícios previdenciários. Este montante chama-se provisão matemática e representa os compromissos a longo prazo do IPREJUN para com seus beneficiários.

O estudo/laudo atuarial tem o objetivo de relatar aspectos relacionados à adequação da base cadastral e às bases técnicas utilizadas, bem como os resultados apurados, o plano de custeio e demais medidas necessárias ao equilíbrio do sistema, em consonância com as normas pertinentes vigentes.

Os valores contabilizados a título de provisão matemática foram obtidos na avaliação atuarial realizada pela empresa Lumens Assessoria e Consultoria, assinada pelo representante técnico Sr. Guilherme Thadeu Lorenzi Walter, MIBA 2.091, data-base 31/12/2025, considerando os dados cadastrais da população abrangida e suas

características financeiras e demográficas, além dos regimes e métodos financeiros, hipóteses atuariais e premissas, em consonância com às exigências legais, principalmente àquelas estabelecidas na Portaria MTP n° 1467, de 02 de junho de 2022, que dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPS.

A avaliação atuarial contabilizada em **01/2025** reflete a apuração das provisões matemáticas na data-base **31/12/2024**, que passaria a ser R\$ 7.081.881.795,67. Se comparado com o valor registrado para a conta no ano de 2024 (data-se 31/12/2023), no total de R\$ 6.382.218.151,52 verificamos uma elevação de 10,96%. O Relatório de Avaliação Atuarial na data-base 31/12/2024 (disponível em <https://iprejun.sp.gov.br/N/arquivos/atuarial/1743173775.pdf>) traz uma tabela com as alterações que provocaram esse impacto, às fls. 110.

Ainda no exercício de 2025, visando atender à determinação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, foi contabilizada em **12/2025** reflete a apuração das provisões matemáticas na data-base **31/12/2025**, que passaria a ser R\$ 7.767.942.324,96. Se comparado com o valor registrado para a conta na apuração anterior, de 31/12/2024, no total de R\$ 7.081.881.795,67, verificamos uma elevação de 8,90%. O Relatório de Avaliação Atuarial na data-base 31/12/2025, também disponibilizado no site do IPREJUN, detalha as alterações que causaram este impacto.

As provisões para benefícios concedidos contabilizadas em dezembro/2025 somam R\$ 4.251.894.414,06 e para benefícios a conceder somam R\$ 3.516.047.910,90, totalizando R\$ 7.767.942.324,96. Em contrapartida, o Instituto é possuidor de ativos garantidores, dentre eles Aplicações Financeiras e Acordos de Parcelamentos a Receber, que somam R\$ 3.887.675.994,01. Além destes ativos, como já informado na Nota 04, no Ativo não Circulante está registrado o Plano de Amortização Vigente, no valor de R\$ 4.172.234.298,79 (conta contábil 1.2.1.1.2.08.02 - Valor atual da contribuição patronal suplementar para cobertura do déficit atuarial). Dessa forma, o resultado atuarial do exercício foi superavitário em R\$ 291.967.967,84, valor este que será mantido em provisões para ajustes futuros, conforme contabilizado na conta 2.2.7.2.1.07.04 - Provisão Atuarial Para Contingências de Benefícios.

Quando analisamos o índice de cobertura das Provisões Matemáticas encontramos os seguintes percentuais:

31/12/2024 – 45,69%

31/12/2023 – 42,01%

31/12/2022 – 41,48%

31/12/2021 – 43,70%

Este índice demonstra o quanto da provisão matemática está assegurado pelo patrimônio garantidor e quanto mais próximo de 1,00 mais próximo do equilíbrio atuarial o RPPS estará.

NOTA 12 – RESULTADOS ACUMULADOS OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O resultado Acumulado/Patrimônio Líquido apurado no Balanço Patrimonial de 2024 é positivo em R\$ 107.555.994,94. Este número foi obtido partindo-se dos Resultados Acumulados de Dez/2024 negativos em R\$ 191.297.796,47, adicionando-se ao resultado patrimonial positivo de R\$ 298.853.791,41, obtido na Demonstração das Variações Patrimoniais do período de 01/01/2025 a 31/12/2025.

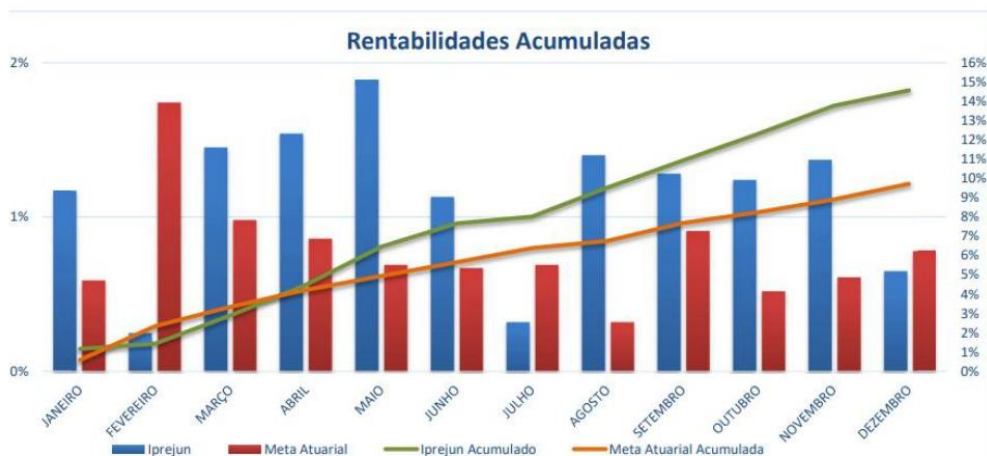
Descrição	2025	2024	2023
Resultados Acumulados Ano Anterior	-R\$ 191.297.796,47	R\$ 33.641.422,91	R\$ 153.519.554,20
(+) Resultado Patrimonial do Exercício	R\$ 298.853.791,41	-R\$ 224.939.219,38	-R\$ 119.878.131,29
(=) Resultados Acumulados	R\$ 107.555.994,94	-R\$ 191.297.796,47	R\$ 33.641.422,91

Ao compararmos o Resultado Acumulado (PL) de 2024 R\$ - 191.297.796,47 com o de 2025, no valor de R\$ 107.555.994,94, verifica-se que ocorreu um aumento do PL no valor de R\$ 298.853.791,41.

Algumas alterações significativas justificam o resultado positivo do Patrimônio Líquido no ano de 2025. Verificamos a elevação da arrecadação de contribuições, decorrentes da elevação da folha de pagamento e também do acréscimo na alíquota do plano de amortização do déficit atuarial (de 19,02% para 20,81%), impacto que verificamos na

conta 4.2.1.1.2.03.00. Também é importante destacarmos o resultado da conta 4.2.1.1.2.01.01 Contribuição Patronal de Servidor Ativo – RPPS, que foi impactado pela reavaliação do saldo devedor dos contratos de empréstimo e parcelamentos, o que já foi evidenciado através da Nota Explicativa nº 04.

Outro ponto a ser destacado foi a performance positiva da carteira de investimentos do IPREJUN no exercício de 2025. Verificamos que o grupo de contas 4.6 – “Valorização e ganhos com ativos” totalizou R\$ 644.619.485,33, resultado 40,53% superior ao registrado no exercício de 2024 (458.703.147,01). O RPPS superou a meta atuarial de 5,23% + IPCA estabelecida em sua Política de Investimentos, alcançando o resultado de 14,57% frente à taxa nominal esperada de 9,72%.



https://iprejun.sp.gov.br/N/arquivos/planhilha_investimento/1768335931.pdf

NOTA 13 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.226.115.758,19	1.621.275.352,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.927.261.966,78	1.846.214.571,38
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	298.853.791,41	- 224.939.219,38

A Demonstração das Variações Patrimoniais de 2025 apresentou resultado patrimonial positivo de R\$ 298.853.791,41 e isto ocorreu devido as variações patrimoniais aumentativas apresentarem valores maiores do que as variações patrimoniais diminutivas, em especial, nas contas contábeis que registram a atualização dos saldos de parcelamentos e os resultados dos investimentos.

NOTA 14- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, segue a elaboração determinada pela Lei 4.320/64, MCASP 10ª Edição e IPCs/ STN.

O IPREJUN utiliza-se do sistema misto de regime orçamentário, sendo as receitas registradas por regime de Caixa e as Despesas, de Competência. Tendo em vista a Receita Prevista e a Despesa Fixada para 2025 na LOA (Lei Orçamentária Anual) nº 10.292/2024.

A demonstração abrange o período de um exercício financeiro, configurado de 01/01/2025 a 31/12/2025.

Detalhamento das Receitas

As receitas previstas foram orçadas em R\$ 695.393.100,00, enquanto a arrecadada de R\$ 811.162.827,48, detalhadas abaixo:

Percebe-se o maior vulto de receitas em Contribuições sociais para manutenção do Regime Previdenciário, das quais destacamos as mais relevantes:

- 1.2.1.5.01.1.1.03.06.000- Contribuição Servidores Ativos – R\$ 122.971.245,46
- 1.2.1.5.01.2.1.03.06.000- Contribuição Servidores Inativos – R\$ 38.472.118,26
- 1.2.1.5.01.3.1.03.06.000- Contribuição Servidores Pensionistas – R\$ 2.289.869,50
- 7.2.1.5.02.1.1.03.06.001- Contribuição Patronal R\$ 112.762.400,81
- 7.2.1.5.51.11.03.06.000- Contribuição Patronal Parcelamentos R\$ 56.218.449,50

Registrado como Receita de Valores Mobiliário, tem-se o valor de R\$ 204.800.675,55, desdobrado em:

-132104010306001- Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor - Renda Fixa, R\$ 106.858.285,50

-132104010306002- Ganho Investimentos - Fundo em Capitalização - R\$ 98.366.012,23

-132104010306003- Ganho Investimentos - Reserva Taxa Administração - R\$ 1.345.503,82

- 132104010306004- Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor - Renda Variável- R\$ 8.565.720,09

- 132104010391002 - Dedução de Receita - Fundo em capitalização - Renda Variável - (10.334.846,09)

O valor expressivo, deu-se pelo reconhecimento de receitas conforme já citado em Nota Explicativa nº 5- Aplicações Financeiras.

A Receita de Serviço, é oriunda do recolhimento da Taxa de Administração, embutida na Contribuição Patronal, presente na rubrica 1.6.1.1.01.0.1.03.06.000 – R\$ 4.474,11 e 7.6.1.1.50.1.1.03.06.000- R\$ 5.646.304,07, totalizando R\$ 5.650.778,18.

O Plano de amortização do déficit atuarial implementado está sendo arrecadado através da Contribuição Previdenciária para Amortização de Déficit- Rubricas 7.9.9.9.01.0.1.03.06.000 (R\$ 176.729.526,46) e 1.9.9.9.01.0.1.03.06.000 (R\$ 3.787.002,27);

A Compensação Previdenciária está sendo arrecadada na conta 1.9.9.9.03.0.1.03.000, no valor de R\$ 64.528.117,57;

Outro valor importante é a Amortização do Empréstimo, registrado na conta 8.3.1.1.06.01.03.06.00, no valor de R\$ 9.955.335,53.

d) Detalhamento das Despesas Empenhadas

Em relação às despesas empenhadas no IPREJUN, a maior parte delas estão concentradas em Pessoal e Encargos Sociais, dada a natureza da autarquia de

concessão e pagamento de benefícios, sendo CAE: 31900100- Aposentadorias E Reformas - R\$ 429.055.968,46; e CAE: 31900300 – Pensões - R\$ 37.772.388,62. Também pode ser destacada a despesa com o pagamento de Sentenças Judiciais, no total de R\$ 1.989.047,59 (CAE 31909100) e com o pagamento de indenizações e Restituições – R\$ 730.691,08 (CAE 33909300).

Em relação às despesas custeadas com a taxa de administração, as mais relevantes referem-se às despesas com Pessoal e Encargos: CAE 31901100- Vencimentos e Vantagens Fixas no valor de R\$ 3.531.601,80; CAE 31901300 - Obrigações Patronais no valor de R\$ 133.631,68 e CAE 319011300 Obrigações Patronais – Intraorçamentárias, R\$ 783.369,54.

As outras despesas correntes, custeadas com a taxa de administração, são necessárias para manutenção e funcionamento do IPREJUN, como:

- Material de Consumo- CAE 33903000- R\$ 67.902,48
- Passagens e Despesas com Locomoção- CAE 33903300- R\$ 90.503,87
- Serviços de Consultoria- CAE 33903500- R\$ 227.267,65
- Locação de Mão de Obra- CAE 33903700- R\$ 158.007,28
- Outros Serviços de terceiros - Pessoas Jurídica- CAE 33903900- R\$ 797.261,82
- Outros Serviços de terceiros - Pessoa Física- CAE 33903600- R\$ 8.829,27
- Obrigações Tributárias e Contributivas- CAE 33904700- R\$ 23.088,42
- Serviços de Tecnologia da Informação- CAE 33904000- R\$ 472.221,81
- Auxílio Alimentação – CAE 33904600 – R\$ 335.914,35
- Auxílio Transporte – CAE 33904900 – R\$ 130.195,80

Também foram adquiridos equipamentos e material permanente, no total de R\$ 63.343,97 (CAE 44905200).

O superávit apresentado no Balanço Orçamentário é de R\$ 334.689.974,88 e representa a diferença entre Despesa Empenhada (476.472.852,60) e Receita Realizada (811.162.827,48). Este resultado demonstra que o IPREJUN foi eficiente na execução orçamentária pois as receitas arrecadadas superaram as despesas executadas.

As despesas com a manutenção do Instituto de Previdência em funcionamento são custeadas com recursos provenientes da taxa de administração e cuja arrecadação já ocorreu em exercício anterior, com recursos específicos para esta finalidade, de modo que sua execução ocorreu normalmente durante o exercício. O financiamento destas despesas é feito com receita já arrecadada no exercício anterior de 2024.

O Balanço Orçamentário do IPREJUN, apresenta déficit orçamentário inicial de R\$ 4.190.000,00 devido às despesas orçamentárias serem maiores do que as receitas orçamentárias. Este valor refere-se às despesas com aposentadorias concedidas em carência de servidores da Prefeitura de Jundiá. A lei do RPPS prevê que os servidores que possuem todos os requisitos para se aposentar, porém ainda não verteram contribuições previdenciárias ao IPREJUN durante 15 anos, serão aposentados em período de carência. Nestes casos, o benefício é custeado pelo ente empregador, assim como a contribuição patronal, até que sejam vertidas o total de 180 contribuições previdenciárias ao RPPS.

O valor de R\$ 4.190.000,00 é previsto no orçamento na despesa com a fonte 0 - Tesouro, específica para os empenhos das despesas de aposentadorias em carência, cuja responsabilidade é da Prefeitura de Jundiá. Embora não esteja previsto na receita orçamentária, o IPREJUN recebe o ressarcimento financeiro da Prefeitura Municipal de Jundiá dos valores gastos, bem como o repasse da contribuição previdenciária Patronal de 14,33% até que cada beneficiário atinja o recolhimento mínimo de 15 anos de contribuições ao IPREJUN. Este ressarcimento ocorre através de "Transferências Financeiras" e não através de arrecadação de receita pelo orçamento. Embora haja o desequilíbrio entre total da despesa orçamentária orçada e total da receita orçamentária do Instituto, o fato não configura irregularidade conforme se encontra disposto no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 10ª Edição- aplicável até 2024, página 512 a qual reproduzimos a seguir: *"...Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles*

não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício.”

Diante disto informamos que o valor de Transferências Financeiras recebidas pelo IPREJUN compreende valores recebidos como ressarcimento pelo pagamento de benefícios dos inativos em carência da Prefeitura Municipal de Jundiáí (R\$ 3.764.406,20) e do IPREJUN (R\$ 27.815,06), totalizando R\$ 3.792.221,26. Este valor se encontra registrado na parte de “Ingressos” no item “Transferências Financeiras” do Balanço Financeiro (R\$ 3.233.753,41- Prefeitura do Município de Jundiáí), juntamente ao recebimento orçamentário na Receita 1922.03.01.03.06.001 de R\$ 530.652,79- referente ao reembolso de dezembro e 13º de 2024 (Prefeitura do Município de Jundiáí) e Receita 1.9.2.2.03.01.03.06.002 no valor de R\$ 27.815,06 (Balanço Orçamentário – Restituições)

NOTA 15 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.

A DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa) foi elaborada por base normativa do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 11ª Edição. No exercício de 2025, observou-se expressiva variação anual nas rubricas de Outros Ingressos Operacionais e Outros Desembolsos Operacionais.

Outros Ingressos Operacionais

No encerramento do exercício de 2025, a rubrica totalizou R\$ 4.125.205.411,49, o que representa um acréscimo de R\$ 2.181.627.822,81 (+112,25%) em relação a 2024 (R\$ 1.943.577.588,68). Esse montante é composto, precipuamente, pelo valor total da Receita, apurado na Demonstração das Contas de Receita e Despesa que Constituem o Título de "Diversas Contas" do Balancete Financeiro.

A referida receita atingiu R\$ 4.089.981.036,30 em 2025, frente a R\$ 1.909.563.274,03 em 2024, aumento de R\$ 2.180.417.762,27 (+114,18%). Esse crescimento substancial foi impactado, sobretudo, pelos seguintes fatores:

Varição Patrimonial Aumentativa (VPA): Totalizou R\$ 2.411.719.177,30 em 2025 (ante R\$ 924.420.768,80 em 2024). O aumento de R\$ 1.487.298.408,50 (+160,89%) decorre, principalmente, do reconhecimento de Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo evidenciado na conta contábil 4.9.7.1.1.02.

Provisões (Passivo Não Circulante): O saldo das Provisões de Longo Prazo encerrou o exercício de 2025 em R\$ 1.677.692.141,28, representando um aumento de R\$ 693.009.297,08 (+70,38%) face a 2024 (R\$ 984.682.844,20). O impacto principal veio do reconhecimento das Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo – Consolidação, na conta contábil 2.2.7.2.1.

Outros Desembolsos Operacionais

Esta rubrica encerrou o período de 2025 com o total de R\$ 4.195.166.683,30, ante R\$ 3.773.119.710,45 em 2024, evidenciando um aumento de R\$ 422.046.972,85 (+11,19%). O montante é composto, essencialmente, pelo valor da Despesa, também apurado na referida Demonstração ("Diversas Contas" do Balancete Financeiro). A elevação no período justifica-se pelos pontos a seguir:

Varição Patrimonial Diminutiva (VPD): Atingiu R\$ 2.450.327.569,35 em 2025 (frente a R\$ 1.423.435.246,14 em 2024). O acréscimo de R\$ 1.026.892.323,21 (+72,14%) é justificado, majoritariamente, pelo impacto do reconhecimento de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo – Consolidação (conta contábil 3.9.7.2.1) e pelo reconhecimento do Ajuste do Valor Atual do Plano de Equacionamento do Déficit do RPPS (conta contábil 3.9.9.2.01).

Créditos a Longo Prazo (Ativo Não Circulante): Apresentou uma redução de R\$ 601.764.629,24 (-26,14%), passando de R\$ 2.302.066.337,97 em 2024, para R\$ 1.700.301.708,73 em 2025. A redução contábil decorre do reconhecimento dos valores apropriados na conta contábil 1.2.1.1.2.08.02 - Valor Atual da Contribuição Patronal Suplementar para Cobertura do Déficit Atuarial.

Considerações Atuariais

Cabe ressaltar que as variações mencionadas em Outros Ingressos Operacionais e Outros Desembolsos Operacionais, citadas acima, decorrem do reconhecimento contábil fundamentado na Avaliação Atuarial (data-base de 31/12/2025). O laudo foi elaborado pela Lumens Consultoria e Assessoria, sob a responsabilidade técnica do

atuário Guilherme Thadeu Lorenzi Walter (MIBA 2.091), conforme detalhado na Nota Explicativa nº 11.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 2025, constam como Caixa e Equivalentes de Caixa os investimentos de curto prazo (Saldo de R\$ 1.347.161.101,39) e as disponibilidades de caixa (Saldo de R\$ 8.798,37), totalizando R\$ 1.347.169.899,76. A princípio, esse resultado é 24,43% superior ao saldo final do ano de 2024. Com isso, conclui-se que o IPREJUN gerou caixa positivo no classificado no curto prazo de R\$ 264.433.820,08, em que pese as características operacionais do RPPS, que considera a maior parte dos ativos como sendo de longo prazo.

NOTA 16 – MODELOS DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os Regimes Próprios de Previdência Social na condição de órgãos públicos seguem normas técnicas e de contabilidade estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que define os modelos de Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público alinhadas com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, órgão máximo de regulação em Contabilidade no território Brasileiro.

No que diz respeito a fiscalização, o RPPS é fiscalizado periodicamente pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP). No desenvolvimento de seus trabalhos o MPS utiliza as Demonstrações Contábeis nos modelos estabelecidos pela STN, enquanto que o TCE- SP utiliza demonstrativos contábeis de modelo próprio.

A Nota Técnica da STN nº 6/2015/CCONF/SUCON/STN/MF-DF) de 19 /06/2015 diz: “...É importante destacar que as disposições da STN quanto às demonstrações financeiras, não se contrapõem e não excluem as exigências dos órgãos de controle.

Deste modo, os Tribunais de Contas têm competência para exigir a publicação de demonstrativos além daqueles demandados pela STN. Assim, recomenda-se que os órgãos e entidades da Administração Pública consultem os órgãos de controle aos

quais são jurisdicionados para orientá-los quanto a possíveis exigibilidades adicionais de demonstrativos contábeis e financeiros.”

Isto esclarece que devido aos tipos de fiscalizações sofridas pelo RPPS, trabalhamos com dois modelos de Demonstrações Contábeis visando a atender as necessidades específicas da SPREV e TCE-SP.

Importante destacar que no exercício de 2023 o IPREJUN, assim como as demais autarquias e a Câmara Municipal, realizou a adequação de sua estrutura operacional para uso do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), conforme Decreto Federal 10540 de 05 de novembro de 2020. No município de Jundiaí, o Decreto Municipal nº 29.965 de 06 de maio de 2021 instituiu a padronização da escrituração contábil através do uso da plataforma SIIM – Sistema Integrado de Informação Municipais.

NOTA 17 – RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELO SISTEMA CONTÁBIL DA ENTIDADE.

Registra-se que a Contadora Cristiane Ribeiro dos Santos Costa - CRC 1SP 327583/O-1 tomou posse em cargo efetivo no dia 10/02/2025, sendo a responsável técnica pelos fechamentos mensais no período de 01/01/2025 a 31/12/2025 e pela conclusão dos relatórios contábeis assinando-os, juntamente a estas notas.

JUNDIAÍ, 31 de dezembro de 2025.



Claudia George Musseli Cezar
CPF: 270.793.078-48
Diretora Presidente



Marcelo Vizioli Rosa
CPF: 291.825.448.75
Diretor de Administração Financeira



Cristiane Ribeiro dos Santos Costa
CPF: 226.093.958-92
Contadora
CRC 1 SP 327583/O-1

EXTENSÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS

Conforme nosso contrato nº 03/2026, foram realizados serviços de auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Nossos trabalhos têm que o objetivo de uma auditoria, é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

No caso da maioria das estruturas conceituais de auditoria, para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro.

Uma auditoria conduzida em conformidade com NBC-TAs (Normas Brasileira de Contabilidade – Técnicas de Auditoria Independentes) e exigências éticas relevantes, capacita o auditor a formar essa opinião.

Nesta oportunidade os trabalhos realizados incluíram todos os procedimentos normalmente aplicados em exames conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Tais procedimentos foram aplicados nesta etapa dos trabalhos, a fim de que as demonstrações contábeis anuais apresentassem adequadamente a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN.**

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA AUDITORIA

Concluídos nossos exames das demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – IPREJUN**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

1. CONTROLES CONTÁBEIS INTERNOS

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, conforme a amplitude que os trabalhos de auditoria de revisão requerem, de acordo com as normas de auditoria.

Observamos que, em relação aos procedimentos referentes aos Controles Internos e, em cumprimento à legislação inerente ao Setor Público, normas do Ministério da Previdência Social aplicadas aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e Normas Brasileiras de Contabilidades, emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, o INSTITUTO possui manuais de controles internos e Políticas inerentes, com definição de procedimentos e alçadas para setores envolvidos.

As principais políticas e manuais exigidos de um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) são estabelecidos para garantir a boa gestão, transparência e segurança dos recursos previdenciários. A legislação, em especial a do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS (Pró-Gestão RPPS), é a principal balizadora para a criação desses documentos.

Políticas obrigatórias:

Política de Investimentos: Instrumento de planejamento que orienta a aplicação dos recursos previdenciários, estabelecendo objetivos, estratégias e limites de risco para a carteira de investimentos.

Política de Segurança da Informação: Conjunto de regras para proteger dados cadastrais dos segurados (servidores, aposentados e pensionistas), além de garantir a integridade e confidencialidade das informações do regime.

Manuais exigidos:

Manual de Certificação Profissional: Este manual detalha os requisitos para a capacitação e certificação dos gestores e membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. É uma exigência para a comprovação da qualificação técnica desses profissionais.

Manual de Processos do RPPS: Documenta e padroniza as atividades diárias do regime, garantindo a conformidade com as normas legais e regulatórias. Aborda desde a concessão de aposentadorias e pensões até a folha de pagamento.

Manual do Pró-Gestão RPPS: Guia detalhado para que o RPPS possa aderir e alcançar a certificação institucional, atestando a implementação de boas práticas em três dimensões:

Controles internos: Padronização das atividades e mapeamento de processos;

Governança corporativa: Gestão, riscos e transparência;

Educação previdenciária: Capacitação dos gestores e servidores;

Manual de Orientação de Layout CNIS-RPPS: Descreve a estrutura e o formato do arquivo que deve ser enviado pelos entes federativos com os dados cadastrais dos servidores para o Cadastro Nacional de Informações Sociais dos Regimes Próprios.

Outros documentos e exigências:

Relatório de Governança Corporativa: Documento anual que consolida a atuação do RPPS em relação às boas práticas de governança.

Recomendamos uma revisão dos manuais e políticas existentes no INSTITUTO para se certificar que estão aderentes as normas relacionadas ao RPPS e se está atendendo da melhor forma as boas práticas de governança corporativa.

2. CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os extratos e analisamos as conciliações bancárias, data base em 31/12/2025, as quais apresentaram as seguintes posições:

DESCRIÇÃO	SALDOS
BANCO BRADESCO S.A. - BRADESCO - CONTA CORRENTE BENEFÍCIOS	6.296,37
BANCO BRADESCO S.A. - BRADESCO - CONTA CORRENTE TAXA DE ADMINI	1,00
BANCO BRADESCO S.A. - BRADESCO - CONTA CORRENTE TAXA DE ADMINI	1,00
BANCO DO BRASIL S.A. - BANCO DO BRASIL - HONORÁRIOS	2.500,00
TOTAL	8.798,37

Os valores conferem com os extratos bancários e conciliações.

Verificamos que as capas das conciliações bancárias foram assinadas tanto pelo responsável por sua elaboração quanto pelo superior imediato em fevereiro/2026.

3. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

Verificamos os contratos de empréstimos e financiamentos concedidos e correspondentes planilhas de controles, confrontamos com os valores contábeis, estando distribuídos da seguinte forma:

CONTA	DESCRIÇÃO	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CONTRATOS/TERMO
1.1.2.4.2.07.01	EMPRÉSTIMOS A RECEBER - RPPS (P)	12.039.582,33	48.158.329,30	60.197.911,63	Parcelamento 06/2000
1.1.3.6.2.02.01	CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS PARCELADOS - PATRONAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (P)	31.703.454,91	224.634.816,49	256.338.271,40	Parcelamento 05/2000; 107/2018; 108/2018; 536/2020
	TOTAL	43.743.037,24	272.793.145,79	316.536.183,03	

O resumo dos contratos de empréstimos segue abaixo:

Contratos de Empréstimos					
TIPO	05/2000	06/2000	107/2018	108/2018	Total
CP	5.617.855,75	12.039.582,33	18.613.947,96	7.471.651,20	43.743.037,24
LP	22.471.423,00	48.158.329,30	144.258.096,69	57.905.296,80	272.793.145,79
Saldo Total	28.089.278,75	60.197.911,63	162.872.044,65	65.376.948,00	316.536.183,03

Os valores conferem com os controles analíticos e os termos contratuais.

4. CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER

Valores correspondentes as contribuições previdenciárias da competência de dezembro/2025 que no fechamento contábil ainda constavam em aberto, conforme segue:

CONTA	DESCRIÇÃO	VALORES
1.1.3.6.2.01.01	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - PATRONAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (P)	47.361.335,64
1.1.3.6.2.01.02	CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER - SERVIDOR, APOSENTADO E PENSIONISTA - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (P)	18.856.874,58
	TOTAL	66.218.210,22

As contribuições previdenciárias são oriundas dos seguintes Entes:

ENTE	BASE CÁLCULO	PATRONAL 13,68%	TAXA ADM 0,65%	TOTAL PATRONAL 14,33%	PATRONAL 20,81% ALÍQUOTA SUPLEMENTAR	TOTAL PATRONAL	RECTO EM 01/2026
FMJ	1.818.970,88	248.835,22	11.823,31	260.658,53	378.527,85	639.186,38	29/01/2026
FMJ 13º	1.756.999,83	240.357,64	11.420,50	251.778,14	365.631,62	617.409,76	29/01/2026
INATIVOS EM CARÊNCIA IPREJUN	2.147,14	293,73	13,96	307,69	0,00	307,69	08/01/2026
PMJ	64.237.909,67	8.787.745,07	417.546,41	9.205.291,48	13.367.905,33	22.573.196,81	29/01/2026
PMJ 13º	63.786.310,08	8.725.822,79	414.611,02	9.140.433,81	13.273.719,91	22.414.153,72	29/01/2026
PMJ INATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
DAE	1.181.100,71	161.574,74	7.677,15	169.251,89	245.787,21	415.039,10	29/01/2026
DAE 13º	1.181.100,72	161.574,76	7.677,15	169.251,91	245.787,25	415.039,16	29/01/2026
FUMAS	782.281,65	107.016,03	5.084,83	112.100,86	162.792,76	274.893,62	Pagamento em atraso
TVE	58.190,27	0,00	0,00	0,00	12.109,40	12.109,40	20/01/2026
TOTAIS	134.805.010,95	18.433.219,98	875.854,33	19.309.074,31	28.052.261,33	47.361.335,64	

ENTE	BASE CÁLCULO	Servidor 14%
FMJ	1.818.970,88	254.655,84
FMJ 13º	1.756.999,83	245.979,89
INATIVOS EM CARÊNCIA IPREJUN	2.147,14	-
PMJ	64.237.909,67	8.993.307,27
PMJ 13º	63.786.310,08	8.929.943,16
PMJ INATIVOS	-	-
DAE	1.181.100,71	165.354,14
DAE 13º	1.181.100,72	165.354,16
FUMAS	782.281,65	109.519,38
TVE	58.190,27	-
TOTAIS	134.805.010,95	18.864.113,84
Pagamento antecipado FUMAS		7.239,26
TOTAL EM DEZEMBRO/2025		18.856.874,58

Os controles analíticos conferem com os valores contabilizados.

5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS JUNTO RGPS E COMPENSAÇÕES

Valores correspondentes aos créditos tributários junto RGPS e compensações da competência de dezembro/2025 que ainda constavam em aberto:

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDOS
1.1.3.6.3.03.01	CRÉDITOS DO RPPS JUNTO AO RGPS (P)	1.776.467,95
1.1.3.6.4.03.01	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PREVIDENCIÁRIOS (P)	198.907,43
1.1.3.6.5.03.01	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PREVIDENCIÁRIOS (P)	18.794,81
	TOTAL	1.994.170,19

Os controles analíticos dos créditos acima corresponderam aos seguintes valores:

DESCRIÇÃO	VALORES
MUNICÍPIOS (1.1.3.6.5.03.01)	18.794,81
LONDRINA FUNPREV	85,02
SANTOS IPREV	4.206,76
CAMPINAS CAMPREV	47,95
TAUBATE IPMT	1.282,48
INDAIATUBA SPREV	204,51
SAO BERNARDO SBCPREV	476,38
FCO DA ROCHA SEPREV	2.803,10
BRAZOPOLIS BRAZPREV	217,94
SANTANA PARNAIBAPREV	650,78
SANTO ANDRE IPSA	370,51
ARARAS ARAPREV	337,24
CAJAMAR IPSSC	7.662,20
ITAPEVA FAPEMI	382,84
RIO PARDO IPM	67,10
ESTADOS (1.1.3.6.4.03.01)	198.907,43
PARANA PARANAPREV	142,92
PERNAMBUCO FUNAPE	486,01
ESTADO DE SAO PAULO SPPREV	198.278,50
REGIME GERAL (1.1.3.6.3.03.01)	1.776.467,95
RGPS	1.776.467,95
TOTAL GERAL	1.994.170,19

Os controles analíticos conferem com os valores contabilizados.

6. PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL

Verificamos que consta o seguinte valor contabilizado no Ativo não Circulante a título de amortização do déficit atuarial:

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.2.1.1.2.08.02	VALOR ATUAL DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SUPLEMENTAR PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	4.172.234.298,79

O Plano de Amortização do Déficit Atuarial foi implementado pela Prefeitura do Município de Jundiá para cobertura do déficit atuarial através de alíquotas de contribuição previstas até o ano de 2065. De acordo com o PCASP 2024, esse valor constitui obrigação para o Ente federativo e um crédito a receber para o RPPS, sendo registrado no ativo. O valor está previsto no Relatório de Avaliação Atuarial data base: 31/12/2025, conforme segue na tabela abaixo:

TABELA 19. Plano de amortização vigente

Ano	Saldo devedor	Juros	Pagamento anual	Alíquota sobre a folha	Base de incidência*
01/2026 a 12/2026	R\$ 4.172.234.298,79	R\$ 235.314.014,45	R\$ 190.155.341,12	20,24%	R\$ 939.502.673,51
01/2027 a 12/2027	R\$ 4.217.392.972,13	R\$ 237.860.963,63	R\$ 202.740.259,96	21,00%	R\$ 965.429.809,33
01/2028 a 12/2028	R\$ 4.252.513.675,80	R\$ 239.841.771,31	R\$ 223.811.544,16	22,56%	R\$ 992.072.447,51
01/2029 a 12/2029	R\$ 4.268.543.902,95	R\$ 240.745.876,13	R\$ 224.177.128,34	21,99%	R\$ 1.019.450.333,52
01/2030 a 12/2030	R\$ 4.285.112.650,74	R\$ 241.680.353,50	R\$ 224.601.957,66	21,44%	R\$ 1.047.583.757,74
01/2031 a 12/2031	R\$ 4.302.191.046,58	R\$ 242.643.575,03	R\$ 225.094.805,59	20,91%	R\$ 1.076.493.570,50
01/2032 a 12/2032	R\$ 4.319.739.816,01	R\$ 243.633.325,62	R\$ 225.554.424,18	20,39%	R\$ 1.106.201.197,53
01/2033 a 12/2033	R\$ 4.337.818.717,46	R\$ 244.652.975,66	R\$ 225.981.656,78	19,88%	R\$ 1.136.728.655,85
01/2034 a 12/2034	R\$ 4.356.490.036,34	R\$ 245.706.038,05	R\$ 226.377.502,88	19,38%	R\$ 1.168.098.570,05
01/2035 a 12/2035	R\$ 4.375.818.571,52	R\$ 246.796.167,43	R\$ 226.863.161,74	18,90%	R\$ 1.200.334.189,11
01/2036 a 12/2036	R\$ 4.395.751.577,21	R\$ 247.920.388,95	R\$ 227.326.568,08	18,43%	R\$ 1.233.459.403,58

Ano	Saldo devedor	Juros	Pagamento anual	Alíquota sobre a folha	Base de incidência*
01/2037 a 12/2037	R\$ 4.416.345.398,09	R\$ 249.081.880,45	R\$ 230.684.774,93	18,20%	R\$ 1.267.498.763,34
01/2038 a 12/2038	R\$ 4.434.742.503,61	R\$ 250.119.477,20	R\$ 237.050.904,22	18,20%	R\$ 1.302.477.495,73
01/2039 a 12/2039	R\$ 4.447.811.076,59	R\$ 250.856.544,72	R\$ 243.592.717,42	18,20%	R\$ 1.338.421.524,31
01/2040 a 12/2040	R\$ 4.455.074.903,89	R\$ 251.266.224,58	R\$ 250.315.062,82	18,20%	R\$ 1.375.357.488,02
01/2041 a 12/2041	R\$ 4.456.026.065,65	R\$ 251.319.870,10	R\$ 257.222.922,50	18,20%	R\$ 1.413.312.760,96
01/2042 a 12/2042	R\$ 4.450.123.013,25	R\$ 250.986.937,95	R\$ 264.321.416,03	18,20%	R\$ 1.452.315.472,67
01/2043 a 12/2043	R\$ 4.436.788.535,17	R\$ 250.234.873,38	R\$ 271.615.804,27	18,20%	R\$ 1.492.394.528,95
01/2044 a 12/2044	R\$ 4.415.407.604,29	R\$ 249.028.988,88	R\$ 279.111.493,26	18,20%	R\$ 1.533.579.633,32
01/2045 a 12/2045	R\$ 4.385.325.099,91	R\$ 247.332.335,63	R\$ 286.814.038,24	18,20%	R\$ 1.575.901.309,00
01/2046 a 12/2046	R\$ 4.345.843.397,30	R\$ 245.105.567,61	R\$ 294.729.147,73	18,20%	R\$ 1.619.390.921,59
01/2047 a 12/2047	R\$ 4.296.219.817,18	R\$ 242.306.797,69	R\$ 302.862.687,80	18,20%	R\$ 1.664.080.702,22
01/2048 a 12/2048	R\$ 4.235.663.927,07	R\$ 238.891.445,49	R\$ 311.220.686,42	18,20%	R\$ 1.710.003.771,53
01/2049 a 12/2049	R\$ 4.163.334.686,13	R\$ 234.812.076,30	R\$ 319.809.337,88	18,20%	R\$ 1.757.194.164,18
01/2050 a 12/2050	R\$ 4.078.337.424,55	R\$ 230.018.230,74	R\$ 328.635.007,44	18,20%	R\$ 1.805.686.854,04
01/2051 a 12/2051	R\$ 3.979.720.647,86	R\$ 224.456.244,54	R\$ 337.704.235,99	18,20%	R\$ 1.855.517.780,18
01/2052 a 12/2052	R\$ 3.866.472.656,41	R\$ 218.069.057,82	R\$ 347.023.744,97	18,20%	R\$ 1.906.723.873,44
01/2053 a 12/2053	R\$ 3.737.517.969,26	R\$ 210.796.013,47	R\$ 356.600.441,26	18,20%	R\$ 1.959.343.083,84
01/2054 a 12/2054	R\$ 3.591.713.541,47	R\$ 202.572.643,74	R\$ 366.441.422,38	18,20%	R\$ 2.013.414.408,71
01/2055 a 12/2055	R\$ 3.427.844.762,83	R\$ 193.330.444,62	R\$ 376.553.981,72	18,20%	R\$ 2.068.977.921,54
01/2056 a 12/2056	R\$ 3.244.621.225,73	R\$ 182.996.637,13	R\$ 386.945.613,92	18,20%	R\$ 2.126.074.801,74
01/2057 a 12/2057	R\$ 3.040.672.248,95	R\$ 171.493.914,84	R\$ 397.624.020,45	18,20%	R\$ 2.184.747.365,13
01/2058 a 12/2058	R\$ 2.814.542.143,33	R\$ 158.740.176,88	R\$ 408.597.115,34	18,20%	R\$ 2.245.039.095,30
01/2059 a 12/2059	R\$ 2.564.685.204,87	R\$ 144.648.245,55	R\$ 419.873.031,00	18,20%	R\$ 2.306.994.675,85
01/2060 a 12/2060	R\$ 2.289.460.419,42	R\$ 129.125.567,66	R\$ 431.460.124,27	18,20%	R\$ 2.370.660.023,48
01/2061 a 12/2061	R\$ 1.987.125.862,81	R\$ 112.073.898,66	R\$ 443.366.982,62	18,20%	R\$ 2.436.082.322,07
01/2062 a 12/2062	R\$ 1.655.832.778,85	R\$ 93.388.968,73	R\$ 455.602.430,48	18,20%	R\$ 2.503.310.057,59
01/2063 a 12/2063	R\$ 1.293.619.317,10	R\$ 72.960.129,48	R\$ 468.175.535,84	18,20%	R\$ 2.572.393.054,07
01/2064 a 12/2064	R\$ 898.403.910,74	R\$ 50.669.980,57	R\$ 481.095.616,91	18,20%	R\$ 2.643.382.510,51
01/2065 a 12/2065	R\$ 467.978.274,39	R\$ 26.393.974,68	R\$ 494.372.249,07	18,20%	R\$ 2.716.331.038,84

Segundo orientação das Instruções de Procedimentos Contábeis IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS, que estabelece:

"Caso o Fundo em capitalização tenha planos de equacionamento de déficit atuarial vigente, os saldos mensurados anualmente e trazidos a valor presente pelo atuário deverão compor o grupo: 1.2.1.1.2.08.xx Créditos de Amortização de Déficit Atuarial Fundo em Capitalização, de acordo com a natureza. Esses cálculos serão atualizados, anualmente, pelo atuário, por ocasião da elaboração do relatório de avaliação atuarial e servirão de suporte ao registro do ativo Intra OFSS no RPPS e da obrigação Intra OFSS no Ente (patrocinador do regime)."

Obtivemos o RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL, emitido pela empresa "LUMES ATUARIAL", responsável técnico: Guilherme Walter - Atuário MIBA nº 2.091, relatório elaborado em 16/03/2026, que teve por finalidade demonstrar as principais informações e resultados do plano de benefícios administrado pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (SP) – IPREJUN, na data focal de **31/12/2025**, seguindo as disposições legais e normativas vigentes.

No relatório atuarial, consta o seguinte valor atual da contribuição patronal suplementar para cobertura do déficit atuarial.

Conta	Registros contábeis do balanço do RPPS	Método CUP	Método gerencial
1.2.1.1.2.08.00	CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS	R\$ 4.172.234.298,79	R\$ 4.172.234.298,79
1.2.1.1.2.08.01	(+) VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.1.1.2.08.02	(+) VALOR ATUAL DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SUPLEMENTAR COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	R\$ 4.172.234.298,79	R\$ 4.172.234.298,79
1.2.1.1.2.08.03	(+) VALOR ATUAL DOS RECURSOS VINCULADOS POR LEI PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.1.1.2.08.99	(+) OUTROS CRÉDITOS DO RPPS PARA AMORTIZAR DEFICIT ATUARIAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00

A contabilidade mantém contabilizado o valor correspondente a Avaliação Atuarial do exercício de 2025, portanto coincide com o valor apurado no relatório atuarial para data focal 31/12/2025, estando de acordo com o artigo 26 da Portaria MTB Nº 1.467/2022.

As Demonstrações Contábeis devem refletir os valores apurados em Laudo de Avaliação Atuarial, em conformidade com o Artigo 26 da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, a saber:

Avaliação atuarial anual

*Art. 26. Deverão ser realizadas avaliações atuariais anuais com data focal em **31 de dezembro de cada exercício (grifo nosso)**, coincidente com o ano civil, que se refiram ao cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte, observados os seguintes parâmetros:*

- I - elaboração por atuário habilitado;*
- II - embasamento na Nota Técnica Atuarial - NTA;*
- III - demonstração da situação do RPPS em relação ao equilíbrio financeiro e atuarial, considerando as normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e a legislação do ente federativo vigentes na data focal;*
- IV - inclusão de todos os benefícios concedidos e a conceder e respectivos critérios para sua concessão, manutenção e pagamento, indicando, se for o caso, a necessidade de revisão do plano de benefícios;*
- V - fornecimento das projeções atuariais e da avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS, de que trata a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;*
- VI - apuração das provisões matemáticas previdenciárias a serem registradas nas demonstrações contábeis levantadas nessa data, observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público; e (grifo nosso)**
- VII - definição do resultado atuarial do RPPS, com a apuração dos custos normal e suplementar e dos compromissos do plano de benefícios, para estabelecer o plano de custeio de equilíbrio do regime, embasado em regime financeiro e método de financiamento descritos na NTA, indicando, e for o caso, a necessidade de revisão dos planos vigentes.*

7. INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS

Verificamos a composição da carteira dos investimentos, na data base 31/12/2025, e confrontamos com as contas do Balanço Patrimonial, extratos bancários, conciliações e respostas das circularizações da auditoria, conforme segue:

Posição	Instituição	Valor	% Carteira	% Total
1º	Títulos Públicos	1.862.354.433,83	52,15%	51,59%
2º	BTG Pactual	462.747.873,78	12,96%	12,82%
3º	Vinci Partners	208.990.488,21	5,85%	5,79%
4º	Bradesco	139.423.412,68	3,90%	3,86%
5º	Itaú	137.199.613,13	3,84%	3,80%
6º	Tarpon	113.988.309,09	3,19%	3,16%
7º	XP Investimentos	106.600.655,39	2,99%	2,95%
8º	Kinea	73.982.659,42	2,07%	2,05%
9º	AZ Quest	73.385.381,62	2,05%	2,03%
10º	Western Asset	64.906.539,72	1,82%	1,80%
11º	Caixa	65.218.519,35	1,83%	1,81%
12º	Guepardo	53.618.767,26	1,50%	1,49%
13º	Safra	69.405.129,71	1,94%	1,92%
14º	Banco do Brasil	36.086.909,92	1,01%	1,00%
15º	Santander	26.795.615,53	0,75%	0,74%
16º	Pátria Investimentos	22.168.384,80	0,62%	0,61%

Posição	Instituição	Valor	% Carteira	% Total
17º	Perfin	22.826.539,16	0,64%	0,63%
18º	Rio Bravo	14.032.740,37	0,39%	0,39%
19º	Spectra	9.401.983,12	0,26%	0,26%
20º	Queluz	6.465.976,07	0,18%	0,18%
21º	Gávea	1.054.825,64	0,03%	0,03%
22º	Vila Rica	938.631,97	0,03%	0,03%
23º	Graphen	472,44	0,00%	0,00%
24º	Genial	-460.347,60	-0,01%	-0,01%
	TOTAL CARTEIRA RPPS	3.571.133.514,61	100,00%	98,92%
1º	MAG	28.696.719,66	73,85%	0,79%
2º	Bradesco	6.104.405,33	15,71%	0,17%
3º	Santander	4.055.340,35	10,44%	0,11%
	RECURSOS DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	38.856.465,34	100,00%	1,08%
	TOTAL DOS INVESTIMENTOS	3.609.989.979,95		100,00%

Verificamos a composição na contabilidade dos valores em investimentos e aplicações financeiras, conforme segue:

CONTA	DESCRIÇÃO	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
1.1.4.4.1.01.02	FUNDOS DE INVESTIMENTO QUE APLICAM EXCLUSIVAMENTE EM TÍTULOS DE EMISSÃO DO TESOIRO NACIONAL OU COMPROMISSADAS LASTREADAS NESSES TÍTULOS (F)	86.436.420,68	0,00	86.436.420,68
1.1.4.4.1.01.05	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA (F)	175.442.008,86	0,00	175.442.008,86
1.1.4.4.1.01.12	FUNDOS DE INVESTIMENTO QUE APLICAM EXCLUSIVAMENTE EM TÍTULOS DE EMISSÃO DO TESOIRO NACIONAL OU COMPROMISSADAS LASTREADAS NESSES TÍTULOS (P)	1.442.198,90	0,00	1.442.198,90
1.1.4.4.1.01.15	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA (P)	35.680.747,57	0,00	35.680.747,57
1.1.4.4.1.02.01	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES (F)	422.701.428,63	0,00	422.701.428,63
1.1.4.4.1.02.11	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES (P)	179.262.688,91	0,00	179.262.688,91
1.1.4.4.1.03.02	FUNDO DE INVESTIMENTO - SUFIXO INVESTIMENTO NO EXTERIOR (F)	146.212.506,16	0,00	146.212.506,16
1.1.4.4.1.03.03	FUNDOS DE INVESTIMENTO DA CLASSE AÇÕES - BDR NÍVEL I (F)	40.000.000,00	0,00	40.000.000,00
1.1.4.4.1.03.12	FUNDO DE INVESTIMENTO - SUFIXO INVESTIMENTO NO EXTERIOR (P)	67.031.013,13	0,00	67.031.013,13
1.1.4.4.1.03.13	FUNDOS DE INVESTIMENTO DA CLASSE AÇÕES - BDR NÍVEL I (P)	9.097.761,61	0,00	9.097.761,61
1.1.4.4.1.04.01	FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO (F)	88.872.165,70	0,00	88.872.165,70
1.1.4.4.1.04.11	FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO (P)	56.125.695,90	0,00	56.125.695,90
1.1.4.4.1.30.01	APLICAÇÕES COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS (F)	24.952.927,97	0,00	24.952.927,97
1.1.4.4.1.30.11	APLICAÇÕES COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS (P)	13.903.537,37	0,00	13.903.537,37
1.2.1.3.1.01.98	OUTROS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (F)	0,00	12.994.076,59	12.994.076,59
1.2.1.3.1.01.99	OUTROS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (P)	0,00	2.946.017,89	2.946.017,89
1.2.1.3.1.04.11	FUNDOS AVALIADOS A VALOR DE MERCADO (P)	0,00	938.631,97	938.631,97
1.2.1.3.1.09.01	TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TESOIRO NACIONAL (RPPS) (F)	0,00	1.136.863.541,52	1.136.863.541,52
1.2.1.3.1.09.07	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS (RPPS) (F)	0,00	472,44	472,44
1.2.1.3.1.09.11	TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TESOIRO NACIONAL (RPPS) (P)	0,00	725.490.892,31	725.490.892,31
1.2.1.3.1.10.01	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES (RPPS) (F)	0,00	786.815,76	786.815,76
1.2.1.3.1.10.11	FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES (RPPS) (P)	0,00	273.634,71	273.634,71
1.2.1.3.1.12.01	FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO (RPPS) (F)	0,00	12.500.000,00	12.500.000,00
1.2.1.3.1.12.02	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES (RPPS) (F)	0,00	187.086.901,73	187.086.901,73
1.2.1.3.1.12.11	FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO (RPPS) (P)	0,00	1.532.740,37	1.532.740,37
1.2.1.3.1.12.12	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES (RPPS) (P)	0,00	139.933.623,92	139.933.623,92
1.2.1.3.1.13.01	APLICAÇÕES EM FUNDOS DO SEGMENTO IMOBILIÁRIO - RPPS - LONGO PRAZO - FUN	0,00	41.481.529,35	41.481.529,35
	TOTAL	1.347.161.101,39	2.262.828.878,56	3.609.989.979,95

Não foram identificadas variações significativas.

Analizamos as notas explicativas em relação aos investimentos, onde deparamos com a seguinte informação:

NOTAS 5- APLICAÇÕES FINANCEIRAS”

MARCAÇÃO DOS TÍTULOS

É importante destacar que parte das aplicações financeiras do Instituto possuem marcação na curva, ou seja, são títulos precificados pelo valor que será recebido no vencimento. É um método que se baseia na curva de juros e não leva em consideração as variações diárias de preço. Em 31/12/2025, as NTN-B – Notas do Tesouro Nacional – Série B precificadas pela marcação na curva totalizaram R\$ 1.862.354.433,83. Estes valores estão registrados no grupo 1.2.1.3.1.09.01 - TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TESOURO NACIONAL, no valor de R\$ 1.136.863.541,52 e 1.2.1.3.1.09.11 TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TESOURO NACIONAL (RPPS) no valor de R\$ 725.490.892,31.

Títulos para Negociação (Marcados a Mercado): são os títulos adquiridos com o objetivo de serem negociados, independentemente do prazo, a partir da data da aquisição. Devem ser ajustados pelo valor justo com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, que levem em consideração a independência na coleta de dados em relação às taxas praticadas em mercado.

Títulos Mantidos até o Vencimento (Marcados na Curva): são os títulos adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, com base na projeção dos fluxos financeiro e atuarial e com baixo risco de crédito.

Conforme informação a IPREJUN não possui títulos marcados a mercado diretamente, apenas possui títulos mantidos até o vencimento, e os fundos que seguem regramentos/critérios de marcação da CVM.

8. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Instituto de Previdência do Município de Jundiá - IPREJUN é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei 5.894/2002 (Lei de criação do Instituto de Previdência do Município de Jundiá - IPREJUN) e Resolução CMN nº 4.963/21, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

A Política Anual de Investimento é um instrumento que proporciona à Diretoria e aos demais setores envolvidos na gestão dos recursos uma melhor definição das diretrizes básicas, dos limites de risco a que serão expostos os

investimentos. É um instrumento de planejamento para que o IPREJUN busque a maximização da rentabilidade de seus ativos com finalidade de constituir reservas suficientes para o pagamento do seu passivo atuarial, considerando os fatores de riscos, segurança, solvência, liquidez e transparência de seus investimentos, além de estabelecer, observados os limites legais, uma adequada alocação dos ativos através de uma estratégia de investimento.

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022 e com o Artigo 60 da Lei 5.894/2002, o Comitê de Investimento do IPREJUN, tem caráter deliberativo, e seu funcionamento é tratado através de regimento interno próprio, é formado por membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo e um indicado pelo Prefeito Municipal, possuindo caráter deliberativo.

A política de investimento está de acordo com a Resolução CMN 4.963 de 25/11/2021 e Portaria MTP nº 1.467 que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros garantidores do plano de benefícios dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e estabelece os princípios e diretrizes a serem seguidos na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração do IPREJUN, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial e a solvência do plano de Benefícios.

O IPREJUN aderiu ao programa federal em 21/03/2018, obtendo a certificação máxima, Nível IV, em 09/05/2019. Assim, ingressou na categoria de investidor profissional, e agora pode acessar o mercado de renda variável em até 50% do seu Patrimônio Líquido, além de ver expandidos limites de adequação, além dos previstos na Resolução CMN 4.963 e suas alterações.

Recomendamos realizar revisões extraordinárias quando houver necessidade de ajustes, redimensionando as metas de aplicação perante o comportamento ou conjuntura do mercado ou preservação dos ativos financeiros, obedecidos os parâmetros de risco-retorno fixados na Política de Investimentos e respeitados os aspectos legais vigentes.

9. ENQUADRAMENTO LEGAL DOS INVESTIMENTOS

Verificamos a composição das aplicações financeiras para certificar sobre o cumprimento dos limites legais a que se referem os Artigos da Resolução CMN nº 4.963 de 25/11/2021. Os valores foram distribuídos conforme o relatório da Relatório Anual de Investimentos 2025, que analisou as principais características e dados da carteira de investimentos do Instituto, conforme segue:

Inciso	Descrição	Valor	% Carteira	Política de Investimentos 2025			Limite Resolução - Nível IV
				Limite Inferior	Alocação Objetivo	Limite Superior	
Art. 7º, I, a	Títulos Públicos de Emissão do TN (Selic)	R\$ 1.862.354.433,83	52,15%	40,00%	66,00%	70,00%	100%
Art. 7º, I, b	Fundos 100% Títulos Públicos	R\$ 87.878.619,58	2,46%	0,00%	0,00%	30,00%	
Art. 7º, I, c	Fundos de Índices Carteira 100% Títulos Públicos	R\$ 0,00	-	0,00%	0,00%	0,00%	
Art. 7º, II	Operações Compromissadas	R\$ 0,00	-	0,00%	0,00%	0,00%	5%
Art. 7º, III, a	Fundo de Renda Fixa em Geral	R\$ 211.122.756,43	5,91%	0,00%	4,27%	80,00%	80%
Art. 7º, III, b	Fundos de Índices (ETF) em Indicadores Títulos Públicos	R\$ 0,00	-	0,00%	0,00%	0,00%	20%
Art. 7º, IV	Ativos de Renda Fixa com emissão ou coobrigação IF	R\$ 0,00	-	0,00%	0,00%	0,00%	20%
Art. 7º, V, a	FIDCs - Cota Senior	R\$ 939.104,41	0,03%	0,00%	0,10%	2,00%	35%
Art. 7º, V, b	Fundos de Renda Fixa - Crédito Privado	R\$ 0,00	-	0,00%	0,00%	2,00%	
Art. 7º, V, c	Fundos de Debentures de Infraestrutura	R\$ 0,00	-	0,00%	0,00%	1,00%	
TOTAL RENDA FIXA		R\$ 2.162.294.914,25	60,55%				100%
Art. 8º, I	Fundo de Ações em Geral	R\$ 603.024.568,01	16,89%	0,00%	3,63%		50%
Art. 8º, II	ETF - (Índices em geral)	R\$ 0,00	-	0,00%	0,00%	50,00%	
Art. 8º, III	Ações - BDR Nível I	R\$ 49.097.761,61	1,37%	0,00%	0,52%		
TOTAL RENDA VARIÁVEL		R\$ 652.122.329,62	18,26%				60%
Art. 9º, I	Renda Fixa - Dívida Externa	R\$ 0,00	-	0,00%	8,00%	10,00%	10%
Art. 9º, II	Investimento no Exterior	R\$ 213.243.519,29	5,97%				
TOTAL INVESTIMENTO EXTERIOR		R\$ 213.243.519,29	5,97%				10%
Art. 10º, I	FI Multimercado	R\$ 159.030.601,97	4,45%	0,00%	9,00%		15%
Art. 10º, II	FI em Participações - Fechado (Investimento Estruturado)	R\$ 342.960.620,13	9,60%	5,00%	7,00%	15,00%	
Art. 10º, III	FI Ações Mercado de Acesso	R\$ 0,00	-	0,00%	0,00%		
TOTAL INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		R\$ 501.991.222,10	14,06%				20%
Art. 11º	FI Imobiliários	R\$ 41.481.529,35	1,16%	0,50%	1,48%	20,00%	20%
TOTAL FUNDOS IMOBILIÁRIOS		R\$ 41.481.529,35	1,16%				20%
Art. 12º	Empréstimos Consignados	R\$ 0,00	-	0,00%	0,00%	10,00%	20%
TOTAL EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS		R\$ 0,00	0,00%				20%
TOTAL CARTEIRA		R\$ 3.571.133.514,61	100,00%				

Conforme mostrado no quadro acima os investimentos do Instituto estão enquadrados aos limites determinados pela Resolução CMN nº 4.963/21.

No entanto, verificamos que a carteira apresenta desenquadramento técnico em relação à meta estabelecida na Política de Investimentos de 2025 para a parcela de Renda Variável.

Para fins de enquadramento, foram desconsideradas as disponibilidades financeiras mantidas como taxa de administração.

10. RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

Fundo	FINAL INICIAL DEZ/24	APLICAÇÃO	RENTABILIDADE POSITIVA	RESGATE	RENTABILIDADE NEGATIVA	SALDO FINAL DEZ/25	RENTABILIDADE LIQUIDA
AXA WF FRAMLINGTON ROBOTECH ADVISORY FIC FIA IE	30.818.114,57		11.017.070,46	0,00	-5.302.904,45	36.532.280,58	5.714.166,01
AZ QUEST SMALL MID CAPS FICFI DE AÇÕES	26.311.521,28		1.011.005,29	-26.445.259,97	-877.266,60	0,00	133.738,69
AZ QUEST SMALL MID CAPS RPPS FICFI DE AÇÕES	30.170.846,17	26.450.000,00	26.560.018,73	0,00	-9.795.483,28	73.385.381,62	16.764.535,45
BB AÇÕES NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT FI IE	35.423.845,29		6.575.963,61	0,00	-5.912.898,98	36.086.909,92	663.064,63
BB INSTITUCIONAL FI RF	30.301.637,78		329.878,92	-30.631.516,70	0,00	0,00	329.878,92
BRADERCO FI RF MAXI PODER PÚBLICO C/C 0147.700-5				0,00	0,00	0,00	0,00
BRADERCO FI RF MAXI PODER PÚBLICO - c/c 148.190/8 - TAXA ADM - NOVO SICONFI	43.583,89	6.692.013,19	250.209,06	-6.912.049,70	0,00	73.756,44	250.209,06
BRADERCO FI RF REF DI PREMIUM	46.461.268,93	81.000.000,00	11.962.143,75	0,00	0,00	139.423.412,68	11.962.143,75
BRADERCO FIC FI RF CURTO PRAZO PODER PÚBLICO - c/c 199.986-9 - T.ADM	4.969.667,82	6.116.433,09	346.024,95	-5.401.476,97	0,00	6.030.648,89	346.024,95
BRASIL FLORESTAL - FI EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA	6.488.649,86			0,00	-22.673,79	6.465.976,07	-22.673,79
BRASIL PLURAL ABSOLUTO FUNDO DE FUNDOS - FII - 4BRPLURA	697.704,00			-648.062,56	-49.641,44	-0,00	-49.641,44
BTG HOSPITALIDADE RETORNO TOTAL FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO R.L		10.000.004,28		0,00	0,00	10.000.004,28	0,00
BTG PACTUAL ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIQ DE FI DE AÇÕES	20.428.084,12		1.406.741,74	-21.834.825,86	0,00	0,00	1.406.741,74
BTG PACTUAL CO-INVESTIMENTO EM LINHAS DE TRANSMISSÃO INSTITUCIONAL FIP INFRA RL	2.008.882,74	4.661.697,50	24.601,50	0,00	-22.944,86	6.672.236,88	1.656,64
BTG PACTUAL CORPORATE OFFICE FUND - F. IMOBILIÁRIO - FIBRCPRE	1.002.510,32			-955.412,00	-47.098,32	0,00	-47.098,32

Fundo	FINAL INICIAL DEZ/24	APLICAÇÃO	RENTABILIDADE POSITIVA	RESGATE	RENTABILIDADE NEGATIVA	SALDO FINAL DEZ/25	RENTABILIDADE LIQUIDA
BTG PACTUAL ECONOMIA REAL FIP MULTISTRATEGIA	104.103.750,00		13.108.130,00	0,00	-2.182.039,99	115.029.840,01	10.926.090,01
BTG PACTUAL ECONOMIA REAL II FIP A	4.855.188,11	8.079.710,08	1.009.131,86	-7.500.000,00	-407.741,22	6.036.288,83	601.390,64
BTG PACTUAL EXPLORER INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA LONGO PRAZO	45.884.138,13		226.224,04	-46.110.362,17	0,00	0,00	226.224,04
BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA DIVIDENDOS FI EM PARTICIPAÇÕES INFRAESTRUTURA	10.106.199,95		3.257.324,95	0,00	-1.430.045,10	11.933.479,80	1.827.279,85
BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA II FIC FI PARTICIPAÇÕES	275.861,46		68.561,28	0,00	-69.724,94	274.697,80	-1.163,66
BTG PACTUAL INFRAESTRUTURA III FEEDER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA	432.062,70	10.347.380,30	4.212,31	0,00	-455.880,64	10.327.774,67	-451.668,33
BTG PACTUAL INVESTIMENTOS DE IMPACTO FIP - MULTISTRATEGIA	33.265.081,87		6.934.263,77	0,00	-1.114.318,55	39.085.027,09	5.819.945,22
BTG PACTUAL S&P 500 BRL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	64.849.434,73	51.000.000,00	36.812.458,66	0,00	-7.664.031,79	144.997.861,60	29.148.426,87
BTG PACTUAL TESOURO SELIC FIR REF. DI	50.781.366,85	675.127.838,70	10.019.122,11	-648.049.708,08	0,00	87.878.619,58	10.019.122,11
DOURADA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FIA	452.857,42	257.190,00	626.559,54	0,00	-276.156,49	1.060.450,47	350.403,05
FI CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RF	350.198,30	4.053.941,47	9.254,99	-4.037.267,04	0,00	376.127,72	9.254,99
FIA CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I	30.334.953,45		8.008.131,58	0,00	-5.721.645,75	32.621.439,28	2.286.485,83
FIC FIA CAIXA EXPERT VINCI VALOR RPPS	24.169.846,73		10.565.786,66	0,00	-2.514.681,04	32.220.952,35	8.051.105,62
FIDC ITÁLIA - SENIOR	1.272.917,91		185.097,30	0,00	-519.383,24	938.631,97	-334.285,94
FIDC PREMIUM- SR	292.815,00		272,09	0,00	-292.614,65	472,44	-292.342,56
FRANKLIN BUILDING BLOCKS GLOBAL EQUITIES FIF MULT - RL IE	11.732.583,47		2.420.715,85	0,00	-1.640.242,06	12.513.057,26	780.473,79
FRANKLIN BUILDING BLOCKS LIQUID ALTERNATIVES FIF MULT - RL IE	5.224.324,53		531.075,17	0,00	-822.811,69	4.932.588,01	-291.736,52
FRANKLIN CLEARBRIDGE AÇÕES EUA GROWTH FIA IE	27.258.882,71		7.149.794,53	0,00	-3.424.105,12	30.984.572,12	3.725.689,41
GAVEA INSTITUCIONAL FIC DE FIP - CLASSE A	2.400.305,92		59.443,28	0,00	-1.404.923,56	1.054.825,64	-1.345.480,28
GERAÇÃO DE ENERGIA FIP MULTISTRATEGIA	-716.008,38		482.907,18	0,00	-227.246,40	-460.347,60	255.660,78
GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIC DE FIA	42.764.040,73		14.988.848,82	0,00	-4.134.122,29	53.618.767,26	10.854.726,53
HEDGING GRIFFO TOP FOFII 2 - FII - 4GAVEFII	3.439.949,75			-3.101.920,31	-338.029,44	0,00	-338.029,44
ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI - FUNDO DE INVESTIMENTO	40.582.043,93	22.000.000,00	8.741.172,10	0,00	0,00	71.323.216,03	8.741.172,10
ITAU INSTITUCIONAL SMART AÇÕES BRASIL 50 FIFIC	24.875.416,55		10.503.283,44	0,00	-2.015.986,81	33.362.713,18	8.487.296,63
ITAU PRIVATE MULTIMERCADO S&P500 BRL FIC DE FI	25.760.015,31		8.484.141,33	0,00	-1.730.472,72	32.513.683,92	6.753.668,61
JANUS HENDERSON GLOBAL TECHNOLOGY DOLAR INSTITUCIONAL FIC FIA IE	27.942.308,90		10.435.603,12	0,00	-7.865.868,78	30.512.043,24	2.569.734,34
KINEA AQUISIÇÕES RESIDENCIAIS FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO - RL	8.176.805,13	369.837,00	121.041,66	0,00	-301.428,69	8.366.255,10	-180.387,03
KINEA DESENVOLVIMENTO LOGISTICO F.I. IMOBILIÁRIO	19.393.004,73	2.633.669,00		0,00	-411.403,76	21.615.269,97	-411.403,76
KINEA EQUITY INFRA I FIP MULTISTRATEGIA	30.179.906,72	12.742.376,26	6.001.753,81	0,00	-4.922.902,44	44.001.134,35	1.078.851,37
MAG GLOBAL SUSTAINABLE IE FIC FIM	31.534.830,32		3.635.817,39	-28.777.389,17	-6.393.258,54	0,00	-2.757.441,15
MONGERAL AEGON RENDA FIXA FUNDO DE INVESTIMENTO	26.775.569,34		3.868.990,07	-1.947.839,75	0,00	28.696.719,66	3.868.990,07
NEUBERGER BERMAN US MULTICAP OPPORTUNITIES DOLAR FIC FIA IE	34.803.676,21		5.362.476,78	0,00	-5.279.700,36	34.886.452,63	82.776,42
NTN-B - 2035 - 2040 - 2045 - 2050 - 2055	1.632.798.729,72	153.347.992,96	126.857.099,27	0,00	-50.649.388,12	1.862.354.433,83	76.207.711,15
PÁTRIA INFRAESTRUTURA V ADVISORY FIP MULTISTRATEGIA	2.602.422,08	1.299.539,71	312.690,32	0,00	-400.847,91	3.813.804,20	-88.157,59
PÁTRIA PRIVATE EQUITY VII ADVISORY FIP MULT	15.509.272,69	2.891.425,54	813.329,24	0,00	-859.446,87	18.354.580,60	-46.117,63
PERFIN INFRA EQUITY ALOCADORES FIF EM COTAS DE FIA		20.000.000,00	2.919.016,51	0,00	-92.477,35	22.826.539,16	2.826.539,16
RIO BRAVO ESTRATÉGICO IPCA FI RENDA FIXA	11.349.634,84		2.053.715,23	-13.311.951,65	-91.398,42	0,00	1.962.316,81
RIO BRAVO PROTEÇÃO DINÂMICO FIF MULTIMERCADO		12.500.000,00	1.532.740,37	0,00	0,00	14.032.740,37	1.532.740,37
SAFRA EQUITY PORTFOLIO PB FIC AÇÕES	21.406.295,65		10.637.730,12	0,00	-1.863.961,49	30.180.064,28	8.773.768,63
SAFRA MULTIDIVIDENDOS PB FIC DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES		20.000.000,00	2.450.595,31	0,00	-243.802,49	22.206.792,82	2.206.792,82
SAFRA S&P REAIS PB FI MULTIMERCADO	27.724.367,54		729.831,16	-28.454.198,70	0,00	0,00	729.831,16
SAFRA SMALL CAP PB FICFI EM AÇÕES		15.000.000,00	3.507.980,20	0,00	-1.489.707,59	17.018.272,61	2.018.272,61
SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL RF REFERENCIADO DI - RECURSO PREVIDENCIÁRIO	15.791.273,49		162.538,63	-15.953.812,12	0,00	0,00	162.538,63
SANTANDER FIC FI INSTITUCIONAL RF REFERENCIADO DI - TAXA ADM - NOVO SICONFI	3.543.954,37		511.385,98	0,00	0,00	4.055.340,35	511.385,98
SANTANDER GO GLOBAL EQUITY ESG REAIS MULT FI IE	21.928.281,41		6.285.311,75	0,00	-1.417.977,63	26.795.615,53	4.867.334,12

Fundo	FINAL INICIAL DEZ/24	APLICAÇÃO	RENTABILIDADE POSITIVA	RESGATE	RENTABILIDADE NEGATIVA	SALDO FINAL DEZ/25	RENTABILIDADE LIQUIDA
SPECTRA VI INSTITUCIONAL III FIC FIP MULT RL	4.025.277,14	3.860.000,00	2.439.215,63	0,00	-922.509,65	9.401.983,12	1.516.705,98
SPX SYN DESENVOLVIMENTO DE GALPÕES LOGÍSTICOS FEEDER INSTITUCIONAL FII RL	1.000.000,00	500.000,00		0,00	0,00	1.500.000,00	0,00
TARPON ATLANTICUS INSTITUCIONAL II FICFIA	3.845.277,00		4.792.771,80	-8.289.257,40	-348.791,40	0,00	4.443.980,40
TARPON GT 30 FIC FIA	70.528.522,63		33.146.117,20	0,00	-6.900.036,11	96.774.603,72	26.246.081,09
TARPON INTERSECTION FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FIA	11.433.772,16		5.580.075,51	0,00	-860.592,77	16.153.254,90	4.719.482,74
VINCI CAPITAL PARTNERS III FIP MULTIESTRATÉGIA II - CLASSE D	15.670.731,81	358.386,89	497.157,14	0,00	-252.357,57	16.273.918,27	244.799,57
VINCI CAPITAL PARTNERS IV FEEDER B FIPM	3.313.524,60	6.825.000,00	1.949.876,99	0,00	-608.230,76	11.480.170,83	1.341.646,23
VINCI IMPACTO E RETORNO IV FEEDER B - FI EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	14.350.075,68	6.189.722,14	2.106.112,13	0,00	-758.793,35	21.887.116,60	1.347.318,78
VINCI MOSAICO FI DE ACOES	87.555.924,44		38.475.728,43	0,00	-8.669.673,54	117.361.979,33	29.806.054,89
VINCI STRATEGIC PARTNERS I FIP MULTI	15.594.628,39	6.194.366,38	984.002,87	0,00	-1.444.884,67	21.328.112,97	-460.881,80
VINCI TOTAL RETURN INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	15.161.353,03		7.819.867,29	0,00	-2.322.030,11	20.659.190,21	5.497.837,18
WESTERN ASSET FUNDO DE INVESTIMENTO AÇÕES BDR NÍVEL I	16.871.781,29		3.168.660,28	0,00	-3.564.119,24	16.476.322,33	-395.458,96
WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	21.635.402,12		675.155,87	-22.310.557,99	0,00	0,00	675.155,87
XP INVESTOR 30 FICFI DE AÇÕES	22.070.219,76		14.651.443,63	0,00	-3.039.741,21	33.681.922,18	11.611.702,42
TOTAL	3.024.391.367,09	1.170.498.524,49	508.165.402,54	-920.672.868,14	-172.392.446,03	3.609.989.979,95	335.772.956,51

Recomendamos a avaliação dos fundos de investimentos que tiveram rentabilidade negativa a fim de estabelecer estratégia de alocação de recursos visando minimizar perdas.

Recomendamos ainda uma análise minuciosa durante o processo de tomada de decisão em aplicações nos Fundos Estruturados e demais Fundos de Renda Variável, ou naqueles compostos por investimentos significativos em ativos de renda variável. Ressaltamos a importância de seguir as análises do relatório de investimentos, complementada com as orientações apresentadas abaixo:

Antes de aplicar em Fundos de investimento, é essencial checar se eles estão de acordo com o perfil de risco, objetivos e regras regulatórias a que está sujeita o Instituto. As principais verificações devem ser:

1. Análise do Gestor e do Administrador:
 - Reputação, histórico e experiência do gestor.
 - Solidez e antecedentes criminais dos administradores do Fundo.
2. Estrutura do Fundo:
 - Tipo de Fundo (referenciado, não referenciado, multimercado, etc.).
 - Estrutura jurídica e regulatória.
 - Composição das classes de cotas e suas características.
3. Composição do Portfólio:
 - Ativos que compõem o Fundo.
 - Grau de alavancagem.
 - Diversificação e concentração de riscos.
4. Risco e Retorno:
 - Performance histórica.
 - Perfil de risco (volatilidade, correlação com outros ativos).
 - Testes de stress e cenários adversos.

5. Custos e Taxas:

- Taxas de administração e performance.
- Custos de entrada, saída e outros encargos.

6. Aspectos Legais e Regulatórios:

- Conformidade com regulações da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).
- Restrições de investimento e liquidez.

11. CUPOM (RECEBIMENTO ANTECIPADO DOS RENDIMENTOS)

A carteira de Títulos Públicos do Instituto inclui títulos que pagam juros semestrais, permitindo o recebimento periódico de rendimentos por CUPONS ao longo do investimento.

A escolha entre investir em Títulos do Tesouro Direto que oferecem pagamentos de juros (cupons) semestrais ou optar por aqueles cujo pagamento ocorre apenas no vencimento impacta significativamente o retorno do investimento.

Resgatar os juros semestralmente ou deixá-los para o vencimento do título depende do objetivo financeiro e da necessidade de liquidez do Instituto, portanto é importante verificar a vantagem e desvantagem para a tomada de decisão mais apropriada, sendo importante analisar os seguintes pontos:

Vantagens de resgatar os juros semestralmente:

- Fluxo de caixa regular: Permite ter uma renda periódica para liquidação de obrigações ou investir em outras oportunidades.
- Reinvestimento: Permite reinvestir os juros em outros ativos, potencialmente aumentando seus rendimentos.
- Diversificação de renda: Se o Instituto depende desses rendimentos para complementar seu fluxo de caixa mensal, resgatar semestralmente é vantajoso.

Vantagens de deixar os juros para o vencimento:

- Capitalização dos rendimentos: Os juros permanecem investidos, aumentando o valor do capital final e, conseqüentemente, capitalizando juros sobre juros.
- Maior remuneração: O rendimento total será maior se os juros forem acumulados até o vencimento, especialmente em títulos que pagam juros compostos.

A prioridade do Instituto é reforçar seu capital no longo prazo, portanto parece que deixar os juros acumularem até o vencimento tende a ser mais vantajoso.

É recomendada a análise constante da necessidade de caixa do Instituto para direcionar investimentos às operações mais rentáveis e alinhadas ao seu perfil

de risco e objetivo, evitando resgates antecipados que reduzam ganhos ao longo do período.

12. AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO E RESGATE - APR

As Autorizações de Aplicação e Resgate – APR no decorrer do ano de 2025 estão disponíveis no site do Instituto, endereço eletrônico:

<https://iprejun.sp.gov.br/N/aprs>

Consultamos o cumprimento do art. 116 da Portaria MTP nº 1.467/2022, que exige emissão de APR nas operações de aplicação e resgate de investimentos, e verificamos que as APRs foram emitidas conforme a legislação e estão devidamente formalizadas e divulgadas.

13. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas Previdenciárias foram constituídas com base em cálculos atuariais baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada e representam os compromissos no encerramento do exercício relacionados aos benefícios concedidos e a conceder e tem como objetivo dar consistência, equilíbrio e estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para garantia dos pagamentos e dos benefícios previstos pelo plano.

CONTA	DESCRIÇÃO	VALORES
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	4.986.210.725,40
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS (P)	-401.376.414,75
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS (P)	-19.801.543,08
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS (P)	-313.138.353,51
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	6.211.497.613,64
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS (P)	-904.868.845,37
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	-1.620.518.497,13
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS (P)	-170.062.360,24
	TOTAL	7.767.942.324,96

O RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL correspondente ao exercício de 2026 foi emitido em 16/03/2026, pela empresa LUMES tendo como responsável técnico o Sr. Guilherme Walter - Atuário MIBA nº 2.091, relatório elaborado que teve por finalidade demonstrar as principais informações e resultados do plano de benefícios administrado pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ (SP) – IPREJUN, na data focal de **31/12/2025**, seguindo as disposições legais e normativas vigentes. A Provisão Matemática apurada para o encerramento do exercício de 2025 está demonstrada na tabela abaixo:

TABELA 43. Escrituração contábil

Conta	Título	Método CUP	Método gerencial
Sem Máscara	ATIVO – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	R\$ 3.887.675.994,01	R\$ 3.887.675.994,01
Sem Máscara	(+) Aplicações conforme DAIR	R\$ 3.609.996.276,32	R\$ 3.609.996.276,32
Sem Máscara	(-) Reserva administrativa	R\$ 38.856.465,34	R\$ 38.856.465,34
Sem Máscara	(+) Parcelamentos	R\$ 316.536.183,03	R\$ 316.536.183,03
Conta	Registros contábeis do balanço do RPPS	Método CUP	Método gerencial
1.2.1.1.2.08.00	CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS	R\$ 4.172.234.298,79	R\$ 4.172.234.298,79
1.2.1.1.2.08.01	(+) VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.1.1.2.08.02	(+) VALOR ATUAL DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SUPLEMENTAR COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	R\$ 4.172.234.298,79	R\$ 4.172.234.298,79
1.2.1.1.2.08.03	(+) VALOR ATUAL DOS RECURSOS VINCULADOS POR LEI PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.2.1.1.2.08.99	(+) OUTROS CRÉDITOS DO RPPS PARA AMORTIZAR DEFICIT ATUARIAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 7.767.942.324,96	R\$ 7.392.084.362,75
2.2.7.2.1.03.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 4.251.894.414,06	R\$ 4.251.894.414,06
2.2.7.2.1.03.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO RPPS	R\$ 4.986.210.725,40	R\$ 4.986.210.725,40
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 401.376.414,75	R\$ 401.376.414,75
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 19.801.543,08	R\$ 19.801.543,08
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 313.138.353,51	R\$ 313.138.353,51
2.2.7.2.1.03.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2.7.2.1.04.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$ 3.516.047.910,90	R\$ 3.140.189.948,69
2.2.7.2.1.04.01	(+) APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO RPPS	R\$ 6.211.497.613,64	R\$ 6.211.497.613,64
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 904.868.845,37	R\$ 1.226.247.972,52
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 1.620.518.497,13	R\$ 1.674.997.332,19
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	R\$ 170.062.360,24	R\$ 170.062.360,24
2.2.7.2.1.04.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.6.2.1.00.00	RESERVA ATUARIAL - CONSOLIDAÇÃO	R\$ 291.967.967,84	R\$ 667.825.930,05
2.3.6.2.1.01.00	RESERVAS ATUARIAIS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	R\$ 291.967.967,84	R\$ 667.825.930,05
2.3.6.2.1.01.01	RESERVA ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS	R\$ 291.967.967,84	R\$ 667.825.930,05
2.3.6.2.1.01.02	RESERVA ATUARIAL PARA AJUSTES DO FUNDO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Conta	Registros contábeis – contas de controle (sem reflexo no patrimônio líquido)	Método CUP	Método gerencial
7.9.5.1.2.00.00	CONTROLES DA PMP DO RPPS	-R\$ 375.857.962,21	-
8.9.5.1.2.00.00	CONTROLES DA PMP DO RPPS - PUC	-R\$ 375.857.962,21	-
Conta	Registros contábeis do balanço do Ente Federativo	Método CUP	Método gerencial
2.2.7.9.2.00.00	OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	R\$ 4.172.234.298,79	R\$ 4.172.234.298,79
2.2.7.9.2.09.00	VALOR ATUAL DA OBRIGAÇÃO COM AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS	R\$ 4.172.234.298,79	R\$ 4.172.234.298,79

Nota explicativa: Conforme previsto no artigo 26, inciso VI, 53ª de Portaria nº 1.467/2022, para registro da escrituração contábil, as provisões matemáticas foram calculadas pelo método do Crédito Unitário Projetado - CUP, em conformidade com as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público. Para fins gerenciais e de definição do plano de custeio apurado na Avaliação Atuarial foi considerado o método de financiamento Agregado para o Fundo em Capitalização, cujos resultados estão demonstrados na tabela acima, em comparativo aos resultados apurados pelo método CUP para escrituração contábil.

No exercício de 2025 foi contabilizado o montante de R\$ 1.861.208.257,21, de atualizações dos saldos correspondentes as provisões matemáticas previdenciárias, conforme segue:

Período: 01/01/2025 a 31/12/2025				
Data	Histórico	Débito	Crédito	Saldo
Conta:	397210000 VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO		Saldo Inicial:	0,00 D
31/01/2025	Atualiza??o saldo aposentadorias/pens?es concedidas do fund	331.942.246,16	-	331.942.246,16 D
31/01/2025	Atualiza??o saldo (-) contribui??es do pensionista para o fu	324.762,97	-	332.267.009,13 D
31/01/2025	Atualiza??o saldo aposentadorias/pens?es a conceder do fund	344.981.538,23	-	677.248.547,36 D
31/01/2025	Atualiza??o saldo (-) contribui??es do ente para o fundo em	272.851.402,61	-	950.099.949,97 D
31/01/2025	Atualiza??o do saldo (-) compensa??o previdenci?ria do fundo	70.807.161,78	-	1.020.907.111,75 D
30/12/2025	ATUALIZA??O SALDO APOSENTADORIAS/PENS?ES CONCEDIDAS DO FUNDO EM CAPITALIZA??O DO RPPS-LINHA 7	263.290.481,62	-	1.284.197.593,37 D
30/12/2025	ATUALIZA??O SALDO (-) COMPENSA??O PREVIDENCI?RIA DO FUNDO EM CAPITALIZA??O DO RPPS (P)-LINHA 14	3.477.462,39	-	1.287.675.055,76 D
30/12/2025	ATUALIZA??O SALDO APOSENTADORIAS/PENS?ES A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZA??O DO RPPS-LINHA 15	397.606.552,88	-	1.685.281.608,64 D
30/12/2025	ATUALIZA??O DO SALDO (-) CONTRIBUI??ES DO SERVIDOR E FUTURO APOSENTADO/PENSIONISTA PARA O FUNDO EM C	88.661.599,24	-	1.773.943.207,88 D
30/12/2025	ATUALIZA??O DO SALDO (-) COMPENSA??O PREVIDENCI?RIA DO FUNDO EM CAPITALIZA??O DO RPPS (P)-LINHA 21	87.265.049,33	-	1.861.208.257,21 D

No mesmo período foi contabilizado o montante de R\$ 1.761.237.192,20 a título de reversão de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, conforme segue:

Período: 01/01/2025 a 31/12/2025

Data	Histórico	Débito	Crédito	Saldo
Conta:	497110200 REVERSÃO DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		Saldo Inicial:	0,00 C
31/01/2025	Atualiza??o saldo (-) contribui??es do aposentado para o fun	-	27.806.748,63	27.806.748,63 C
31/01/2025	Atualiza??o saldo (-) compensa??o previdenci?ria do fundo em	-	94.976.336,70	122.783.085,33 C
31/01/2025	Atualiza??o do saldo (-) contribui??es do servidor e futuro	-	198.460.382,27	321.243.467,60 C
31/01/2025	Atualiza??o saldo (-) compensa??o previdenci?ria do fundo em	-	1.258.518.646,65	1.579.762.114,25 C
30/12/2025	ATUALIZA??O SALDO (-) CONTRIBUI??ES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZA??O DO RPPS (P)-LINHA 10	-	29.480.286,58	1.609.242.400,83 C
30/12/2025	ATUALIZA??O SALDO (-) CONTRIBUI??ES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZA??O DO RPPS (P)-LINHA 1	-	212.120,61	1.609.454.521,44 C
30/12/2025	ATUALIZA??O SALDO (-) CONTRIBUI??ES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZA??O DO RPPS (P)-LINHA 17	-	124.548.208,98	1.734.002.730,42 C
30/12/2025	ATUALIZA??O SALDO (-) COMPENSA??O PREVIDENCI?RIA DO FUNDO EM CAPITALIZA??O DO RPPS (P)-LINHA 24	-	27.234.461,78	1.761.237.192,20 C

As correções foram contabilizadas para ajustar a provisão matemática ao Laudo de Avaliação Atuarial Anual de 2026, emitido em 16/03/2026. O ajuste líquido no exercício foi de R\$ 99.971.065,01 negativo.

DESCRIÇÃO	VALORES
VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	(1.861.208.257,21)
REVERSÃO DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	1.761.237.192,20
AJUSTE LÍQUIDO PROVISÃO MATEMÁTICA	(99.971.065,01)

Verificamos que os valores contabilizados no grupo de contas que compõem a Provisão Matemática estão de acordo com o Laudo Atuarial emitido pela LUMES, correspondente a data base 31/12/2025.

As demonstrações contábeis devem refletir o valor da provisão matemática na data do encerramento do exercício, de acordo com relatório de avaliação atuarial emitido por profissionais registrados no Instituto Brasileiro de Atuários e elaborado conforme Artigo 26 da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022, a saber:

Avaliação atuarial anual

*Art. 26. Deverão ser realizadas avaliações atuariais anuais com data focal em **31 de dezembro de cada exercício** (grifo nosso), coincidente com o ano civil, que se refiram ao cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte, observados os seguintes parâmetros:*

- I - elaboração por atuário habilitado;*
- II - embasamento na Nota Técnica Atuarial - NTA;*
- III - demonstração da situação do RPPS em relação ao equilíbrio financeiro e atuarial, considerando as normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e a legislação do ente federativo vigentes na data focal;*
- IV - inclusão de todos os benefícios concedidos e a conceder e respectivos critérios para sua concessão, manutenção e pagamento, indicando, se for o caso, a necessidade de revisão do plano de benefícios;*

V - fornecimento das projeções atuariais e da avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS, de que trata a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

VI - apuração das provisões matemáticas previdenciárias a serem registradas nas demonstrações contábeis levantadas nessa data, observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público; e (grifo nosso)

VII - definição do resultado atuarial do RPPS, com a apuração dos custos normal e suplementar e dos compromissos do plano de benefícios, para estabelecer o plano de custeio de equilíbrio do regime, embasado em regime financeiro e método de financiamento descritos na NTA, indicando, e for o caso, a necessidade de revisão dos planos vigentes.

14. CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

O auditor deve aplicar as normas de auditoria, para identificar passivos não registrados e contingências ativas ou passivas relacionados a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias, e assegurar-se de sua adequada contabilização e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis examinadas.

A administração do Instituto é a responsável pela adoção de políticas e procedimentos para identificar, avaliar, contabilizar e/ou divulgar, adequadamente, os passivos não-registrados e as contingências.

Quando da execução de procedimentos de auditoria para a identificação de passivos não-registrados e contingências, o Auditor Independente deve obter evidências para os seguintes assuntos, desde que relevantes:

- a) a existência de uma condição ou uma situação circunstancial ocorrida, indicando uma incerteza com possibilidade de perdas ou ganhos para a entidade;
- b) o período em que foram gerados;
- c) o grau de probabilidade de um resultado favorável ou desfavorável; e
- d) o valor ou a extensão de perda ou ganho potencial.

A circularização dos consultores jurídicos é uma forma de o auditor obter confirmação independente das informações fornecidas pela administração referentes as situações relacionadas a litígios, pedidos de indenização ou questões tributárias.

Os assessores jurídicos forneceram as seguintes informações de contencioso:

RESUMO

- Perda concretizada: R\$ 3.093.400,00
- Perda provável: R\$ 426.500,00
- Perda remota: R\$ 1.236.100,00

TOTAL: R\$ 4.756.000,00



Samara Luna Santos

Procuradora Jurídica do IPREJUN - OAB/SP: 310.759

TJ/SP - COMARCA DE SÃO PAULO
Mapa Orçamentário de 2026 - Sintético

Emitido em : 21/04/2025 - 12:23:20
Página: 2 de 2

DEPRE 2.2 - SERVIÇO DE ELABORAÇÃO, CONTROLE DE ORÇAMENTO, INFORMAÇÕES E PARECERES DE PRECATÓRIOS DAS FAZENDAS, AUTARQUIAS, UNIVERSIDADES E FUNDAÇÕES PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS

Período requisitorial: 03/04/2024 a 02/04/2025
Valor atualizado até: 02/04/2025

Finalizado em 21/04/2025 - 12:23:20

Devedor: IPREJUN - INSTITUTO DE PREV. DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

Resumo Geral

Alimentar	Tipo de ação	Total
	339091-10	224.456,56
	339091-10	0,00
	339091-10	0,00
Outras espécies	Tipo de ação	Total
	339091-20	0,00
	449091-01	0,00

O Instituto mantém contabilizados os seguintes valores:

CONTA	DESCRIÇÃO	VALORES
2.1.1.1.1.06	PESSOAL A PAGAR - SENTENÇAS JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS (P)	30.000,00
2.1.1.2.1.06	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - DECISÕES JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS (P)	3.239.900,00
2.1.3.1.1.09	FORNECEDORES NACIONAIS - DECISÕES JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS (P)	250.000,00
	TOTAL	3.519.900,00

CONTA	DESCRIÇÃO	VALORES
2.1.1.2.1.05.03	PRECATÓRIOS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - REGIME ORDINÁRIO - A PARTIR DE 05/05/2000 - NÃO VENCIDOS (P)	224.456,56
	TOTAL	224.456,56

A norma contábil determina o seguinte:

- (i) As informações classificadas como de perda provável devem ser contabilizadas;

- (ii) As informações classificadas como de perda possível devem ser incluídas nas notas explicativas;
- (iii) As informações classificadas como de perda remota não devem ser informadas.

Os valores contabilizados conferem com as informações emitidas pelos assessores jurídicos do Instituto.

15. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Apresentamos a seguir, com data base 31/12/2025, o resumo das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, conforme segue:

DESCRIÇÃO	dez-25
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	3.226.115.758,19
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR - RPPS	124.250.541,32
CONTRIBUIÇÃO DO APOSENTADO - RPPS	38.472.118,26
CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA - RPPS	2.289.869,50
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL	261.546,79
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS AO RPPS	254.223.937,55
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL	184.249.180,15
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS	-
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - RPPS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	-
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	94.164,86
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	5.786.685,35
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	140.679.501,34
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	3.233.753,41
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	644.619.485,33
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.827.954.974,33
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	(2.927.261.966,78)
PESSOAL E ENCARGOS	(4.680.789,80)
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	(467.376.213,84)
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	(2.411.742,96)
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	(461.544,83)
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	(298.308.555,31)
TRIBUTARIAS	(23.088,42)
VPD DE PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	(1.861.208.257,21)
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	(292.791.774,41)
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	298.853.791,41

A administração do Instituto deve adotar estratégias para preservar a sustentabilidade do regime previdenciário e manter resultado operacional positivo, em consonância com sua política de investimentos e com o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre ativos e passivos. Para isso, é necessário ajustar a gestão às mudanças macroeconômicas e regulatórias, buscando o cumprimento das metas de rentabilidade, o controle dos riscos e a observância dos princípios de segurança, liquidez, solvência e transparência na aplicação dos recursos, de modo a resguardar os interesses dos segurados e de seus dependentes.

16. CONCLUSÃO

Com base nos procedimentos de verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - IPREJUN**, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que as informações estão subsidiadas em documentos, informações, procedimentos e registros considerados satisfatórios, exceto pelos apontamentos deste relatório, aos quais devem ser analisados pela administração do Instituto e implementados, como forma de melhoria dos controles internos e apresentação das demonstrações contábeis.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



CRC2SP023856/O-1



ELIZIANE MARIA ROSA
CRC1PR059351/O-0 "S" SP